



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2014



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL**

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU N° 63/2010, da Decisão Normativa TCU n° 127/2013, da Portaria TCU n° 175, de 09 de Julho de 2013, e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2014**

SUMÁRIO

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA..2	
INTRODUÇÃO	8
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013.....	10
1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.	11
1.3 Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições.	12
1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ.....	17
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	20
1.6 Principais parceiros externos à UJ, relacionados aos macroprocessos finalísticos.....	22
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
2.1 Planejamento da Unidade.	27
2.1.1 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2013.....	28
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.	29
2.2.1 Programa temático.....	29
2.2.2 Objetivo.....	30
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	34
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.	34
3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.	34
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.	34
3.3 Sistema de Correição.	37
3.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.403/2007 da CGU.....	37
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	37
4.1 Execução das despesas.....	37
4.1.1 Programação.....	37
4.1.1.1 Análise Crítica.....	38
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.	38
4.1.3 Realização da Despesa.	41
4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários.	41
4.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesas – Créditos originários.	42
4.1.3.3 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação.....	42
4.1.3.4 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação.....	43
4.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa.	43
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	45
4.2.1 Análise Crítica.....	45
4.3 Transferências de Recursos.....	45
4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	45
4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.	47
4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	47
4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	48
4.3.5 Análise Crítica.....	49
4.4 Suprimento de Fundos.	51
4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.	51

4.4.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	51
4.4.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	51
4.4.4	Prestação de Conta de Suprimento de Fundos	52
4.4.5	Análise crítica	52
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	53
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	53
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	53
5.1.1.1	Lotação	53
5.1.1.2	Situação que reduzem a força de trabalho da UJ	54
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	55
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	55
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade	55
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade	55
5.1.3	Custo de Pessoal da UJ	56
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	57
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	57
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	58
5.2.2.1	Análise Crítica	59
5.2.3	Composição do Quadro de Estagiários	59
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	60
6.1	Gestão da Frota de veículos Próprios e Contratados de Terceiros	60
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	61
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	62
6.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	63
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO	64
7.1	Gestão da tecnologia da informação (TI)	64
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	66
8.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	66
8.2	Política de separação de resíduos recicláveis descartados	68
8.3	Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água	68
9	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	69
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	69
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	69
9.1.2	Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	70
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	71
9.2.1	Deliberações do OCI atendidas no exercício	71
9.2.2	Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	74
9.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	74
9.4	Alimentação SIASG E SICONV	75
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	75
10.1	Descrição dos Canais de acesso do cidadão	75
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	76
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM.....	13
QUADRO A.1.6 – PARCEIROS EXTERNOS DO CENSIPAM.....	22
QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO	29
QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO.....	30
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	35
QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	37
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	38
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	39
QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	41
QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL DESPESAS CORRENTES.....	42
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	42
QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	43
QUADRO A.4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	45
QUADRO A.4.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	46
QUADRO A.4.4.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	51
QUADRO A.4.4.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	52
QUADRO A.4.4.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	52
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	53
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	54
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12	55
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	55
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12	55
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12.....	55
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	56
QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	57
QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	58
QUADRO A.5.2.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	59
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	64
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	66
QUADRO A.8.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	69

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	69
QUADRO A.9.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	70
QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	71
QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	74
QUADRO A.9.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	74
QUADRO A.9.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	75
QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	77

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AEB – Agência Espacial Brasileira
ADEGEP - Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ASCOM – Assessoria de Comunicação
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento/ Fundo Amazônia
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
C&T – Ciência e Tecnologia
CGAFI – Coordenação-Geral de Adm. Finanças
CGIIN – Coordenação-Geral de Integração Institucional
CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência
CGMAT – Coordenação-Geral de Manutenção
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGTIC – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CICCON – Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COINT – Coordenação de Inteligência
COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças
COLIC – Coordenação de Licitações e Contratos
COMAP – Coordenação de Manutenção Predial
COMSE – Coordenação de Manutenção de Sensores
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia
CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSISBIN – Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
COPAL – Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado
COPER – Coordenação Operacional
COSEG – Coordenação de Serviços Gerais
CR-BE – Centro Regional de Belém - PA
CR-MN – Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV – Centro Regional de Porto Velho – RO
DIGER – Diretoria Geral
DIPRO – Diretoria de Produtos
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças
DITEC – Diretoria Técnica
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN)
DN – Decisão Normativa
EB – Exército Brasileiro
ED – Elemento de Despesa
FAB – Força Aérea Brasileira
GEI – Grupo Executivo Interministerial
GPis – Gerenciamento de Pistas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MD – Ministério da Defesa
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
RDSS – *Radio Determination Satellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)
SECONSIPAM - Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPlan – Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SPO – Setor Policial
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
TC – Termo de Cooperação
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
VSAT – *Very Small Aperture Terminal* (Terminal de comunicação de pequena abertura)

INTRODUÇÃO

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é vinculado ao Ministério da Defesa, gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) o qual é subordinado à Secretaria-Geral do MD (cf. Inciso I do art. 52 do Decreto nº 7.974/2013). É uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região.

Na elaboração e organização do presente Relatório de Gestão, referente ao Exercício Financeiro do Ano 2013 foram seguidas as orientações previstas no anexo único da Portaria-TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, fazendo-se necessário os seguintes esclarecimentos:

Deixam de ser contempladas no presente relatório, por não aplicarem-se a esta Unidade Jurisdicionada (UJ), as informações previstas nos seguintes itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio 2013:

Item 3.3 - Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

Item 4.7 - Informações sobre a Gestão de Precatórios.

Item 6.3 - Informações sobre Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

Item 11.3 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

Item 11.4 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.

Item 11.5 - Informações sobre Composição Acionária das Empresas Estatais.

Item 11.6 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Os itens abaixo relacionados embora sejam aplicáveis a UJ, no exercício de 2013, não há conteúdos a serem declarados.

Item 3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.

Item 3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.

Item 3.5 - Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

Item 4.2 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Item 4.6 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Item 9.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.

Item 10.2 – Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Item 10.3 – Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos serviços resultantes da atuação da unidade.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM (UG 110511), na condição de gestor do SIPAM executa toda a gestão orçamentária e financeira, cabendo

aos Centros Regionais de Belém (UG 110586), Manaus (UG 110573) e Porto Velho (UG110572) somente a gestão patrimonial de seus bens, dentro de suas competências.

Os principais riscos à execução do planejamento, em 2013, disseram respeito, quanto à questão administrativa, à dificuldade de preenchimento do quadro efetivo, por meio de concurso público; dificuldade de definição e padronização de processos de trabalho, elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas. Apesar dessas dificuldades, o Censipam vem aprimorando a sua equipe de planejamento, e participa, junto ao Ministério da Defesa de Grupo de Trabalho para mapeamento de processos. Outra solução que está sendo implementada é a contratação de consultoria especializada para melhorias de gestão do órgão processos e trabalho e formulação de indicadores.

O Censipam, no ano de 2013 programou parcerias com órgãos do governo federal com vistas a adquirir ferramentas eletrônicas (softwares) para a melhoria da gestão.

Em relação aos produtos finalísticos do órgão, encontrou-se dificuldades quanto à escassez de insumos para o tratamento de imagens de satélite e imagens colhidas por meio de sensores em aeronaves. Outra dificuldade foi à indisponibilidade no mercado de banda de comunicação via satélite, dado o excesso de demanda de empresas privadas de telecomunicações, em face dos eventos desportivos vindouros, o que dificultou a prospecção dos serviços do órgão. Essas questões foram administradas com a prospecção de acordos com países que dominam tecnologias satelitais como China, Índia e França.

A restrição imposta pelo contingenciamento dificulta a execução dos projetos previstos, fazendo com que haja um replanejamento deixando alguns projetos importantes para serem realizados futuramente.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013

1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			
Denominação abreviada: CENSIPAM			
Código SIORG: 044072	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 110511
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-600
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233	(61) 3214 - 0255
Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sipam.gov.br			
Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>- Decreto nº de 18 de outubro de 1999 – Dispõe sobre o conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM e dá outras providências.</p> <p>- Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências;</p> <p>- Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM;</p> <p>- Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências (nova redação do art. 14 do anexo I através do Decreto 6.726/2009);</p> <p>- Decreto nº 5.283, de 24 de novembro de 2004 - Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências (Revogado pelo Decreto 6.615/2008);</p> <p>- Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;</p> <p>- Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;</p> <p>- Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011);</p> <p>- Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, das gratificações em exercícios em cargos de confiança e das gratificações de representação pelo exercício de função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência</p>			

da Republica, altera dispositivos do decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 e da outras providências. Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003 – Altera dispositivos da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (Gratificações Temporárias Sipam – GTS); - Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa;	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
- Portaria nº 626/Casa Civil/PR de 12 de setembro de 2008 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de contratação de pessoal técnico por tempo determinado de acordo com a legislação vigente. - Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS). - Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas a realização de concurso público. - Portaria Normativa nº 1.708/MD de 27 de junho de 2012 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne a concessão de diária e passagem. - Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. Revoga a Portaria nº 630/Censipam/MD de 30 de março de 2011. - Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Não há	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110511	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.

O SIPAM gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados são avaliados, tratados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento e orientar as políticas públicas para a região.

Através do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSIPAM, passou a denominar-se de Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Conforme definido no Art. 42 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 compete à instituição:

I - subsidiar o Ministro de Estado da Defesa e o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência;

II - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - Consipam;

III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;

VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;

VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

IX - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;

X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

XI - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XII - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o S;

XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM definidos pelo Consipam;

XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições; e

XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Consipam.

Os Objetivos Estratégicos da UJ estão descritos no item 2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE constante deste Relatório.

1.3 Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições.

O quadro funcional deverá ser acrescido com a criação de 284 cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia (179 analistas e 105 assistentes), autorizado pela Portaria MPOG nº. 2.434, de 10 de setembro 2010.

No ano de 2012 foi autorizado e realizado o concurso público, (autorizado pela portaria MPOG nº. 74, de 8 de março de 2012), para nomeação de 40 servidores do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, os quais tomaram posse em 2013.

Ainda no ano de 2012 foi encaminhado ao Ministério de Planejamento e Gestão solicitação para autorização de concurso no ano de 2013 para 105 vagas nos cargos de Assistente em C&T, não autorizado até a presente data.

Organograma funcional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM de acordo com o anexo I do Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013.

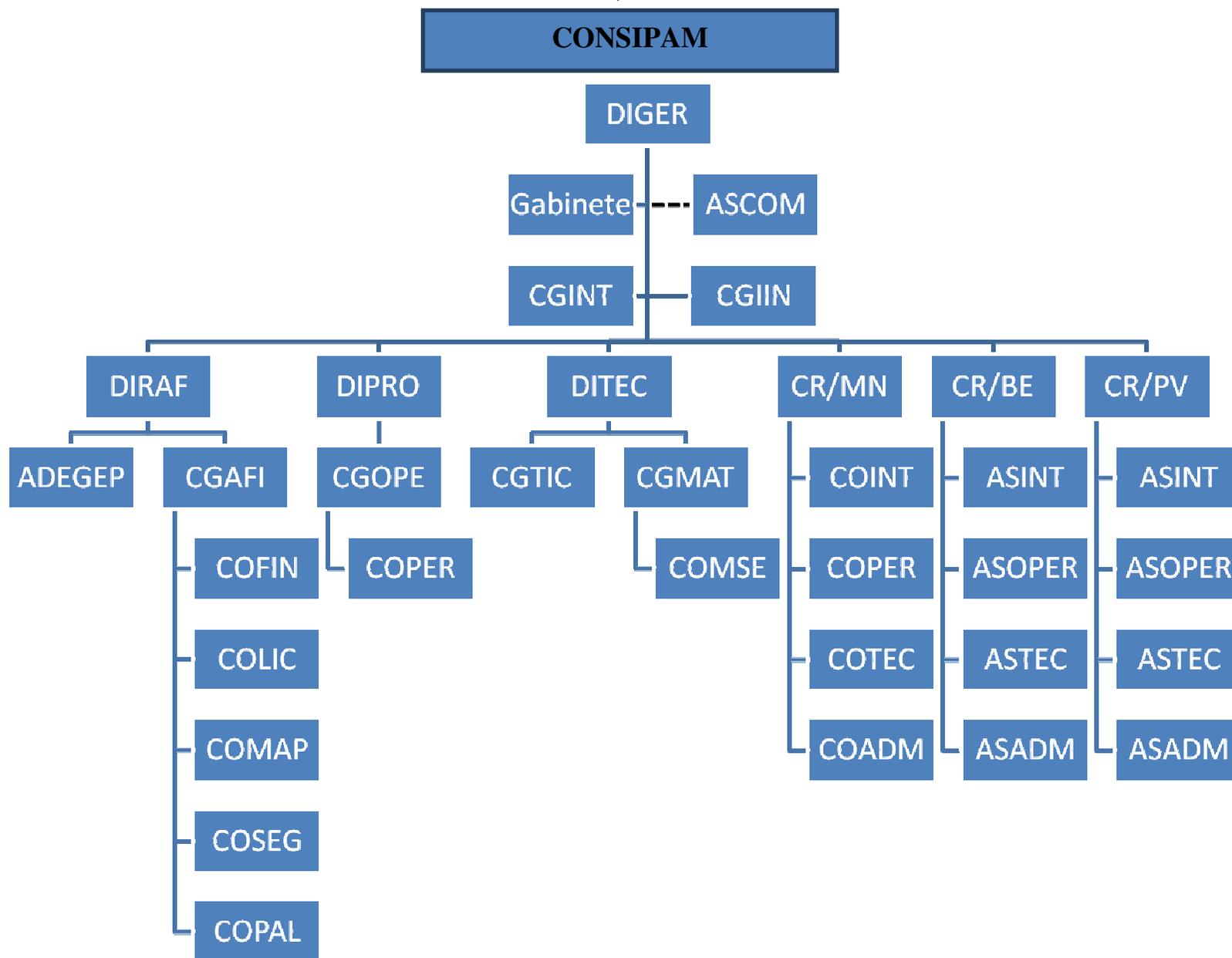
QUADRO A.1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM		
Área	Subordinação	Atividade
Diretoria Geral – DIGER	Ministro da Defesa	Propor, acompanhar, implementar e executar as Políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM
Gabinete	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral, elaborando e acompanhando a pauta de audiências e de trabalho, manter contatos com outros órgãos e autoridades e dar andamento aos processos, correspondências e documentos sujeitos à decisão do Diretor-Geral.
Assessoria de Comunicação – ASCOM	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral nas resoluções de questões de comunicação social relacionadas às atividades desenvolvidas pelo SIPAM, elaboração do plano de comunicação do SIPAM, e auxílio na definição da política de comunicação dos Centros Regionais.
Coordenação-Geral de Inteligência – CGINT	Diretoria Geral	Assessorar o Diretor-Geral propondo diretrizes, planejando, coordenando e implementando ações relativas à atividade de inteligência e contra inteligência no âmbito das unidades organizacionais do Censipam.
Coordenação-Geral de Integração Institucional – CGIIN	Diretoria Geral	Coordenar, propor, implementar e avaliar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da Administração Pública e entidade não governamentais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Geral, além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.
Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF	Diretoria Geral	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de gestão de pessoal, administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa; Gerir os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao Censipam; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e Designar gestores contratuais no âmbito das unidades do Censipam.
Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas – ADEGEP	Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoal da instituição além de assessorar o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.
Coordenação-Geral de Adm. Finanças – CGAFI	Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Orçamento e Finanças – COFIN	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Acompanhar a execução orçamentária, dos créditos adicionais e das atividades relacionadas com o PPA, operacionalizar os atos e fatos de Gestão

		Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.
Coordenação de Serviços Gerais – COSEG	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar os serviços relacionados a protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.
Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.
Coordenação de Manutenção Predial – COMAP	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de manutenção e conservação predial.
Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado – COPAL	Coordenação Geral de Adm. Finanças	Controlar as atividades de recebimento, guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo; Executar inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.
Diretoria Técnica – DITEC	Diretoria Geral	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de operacionalidade, modernização e segurança da infraestrutura tecnológica e dos recursos operacionais referentes às unidades organizacionais do Censipam.
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC	Diretoria Técnica	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.
Coordenação Geral de Manutenção – CGMAT	Diretoria Técnica	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Manutenção de Sensores – COMSE	Coordenação Geral de Manutenção	Coordenar as atividades de manutenção dos equipamentos de Tecnologia da Informação, de acordo com as diretrizes da Diretoria Técnica.
Diretoria de Produtos - DIPRO	Diretoria Geral	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos, referentes às unidades organizacionais do Censipam para: a) sistematização e fornecimento de informações operacionais; b) aquisição de dados, imagens e informações; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; Planejar e coordenar a utilização dos sensores e antenas do SIPAM e definir os produtos decorrentes; Recepcionar demandas dos órgãos parceiros por meio das áreas de sistematização de informações.
Coordenação Geral de Operações – CGOPE	Diretoria de Produtos	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam, além de assistir o Diretor de Produtos no âmbito de sua atuação.
Coordenação Operacional - COPER	Coordenação Geral de Operações	Monitoramento e acompanhamento das Coordenações Operacionais dos Centros Regionais.
CENTRO REGIONAL EM MANAUS – AM		
Gerência do Centro Regional de Manaus – AM	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Inteligência – COINT	Gerência	Coordenar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e

		assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação Técnica - COTEC	Gerência	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação Operacional - COPER	Gerência	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Coordenação de Administração – COADM	Gerência	Coordenar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
CENTRO REGIONAL EM BELÉM – PA		
Gerência do Centro Regional de Belém – PA	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Inteligência - ASINT	Gerência	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Técnica – ASTEC	Gerência	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Operacional - ASOPER	Gerência	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Administração – ASADM	Gerência	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
CENTRO REGIONAL EM PORTO VELHO - RO		
Gerência do Centro Regional de Porto Velho – RO	Diretoria Geral	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Inteligência - ASINT	Gerência	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Técnica – ASTEC	Gerência	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria Operacional - ASOPER	Gerência	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.
Assessoria de Administração – ASADM	Gerência	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM

Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013.



1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ, com a indicação dos principais produtos e serviços.

Os macroprocessos finalísticos do CENSIPAM contam com programas próprios e do governo federal na região amazônica. Segue abaixo um breve relato sobre cada um deles e seus respectivos produtos e serviços.

1.4.1 DIPRO

Ao longo do ano de 2013 foi realizado estudo com vistas a reformular a estrutura de macroprocessos da DIPRO, realocando os projetos e operações que já estavam em andamento em uma estrutura mais enxuta e que esteja alinhada com as áreas de atuação da diretoria. Alguns projetos dos anos anteriores foram finalizados, como o Programa Terra Legais e o Programa Bolsa Verde que tiveram seus Termos de Cooperação encerrados. Já o projeto Sipam Cidade está passando por reformulação em sua estrutura visando o alinhamento com o projeto RONDON do Ministério da Defesa.

Macroprocesso: Gestão do Conhecimento

Este macroprocesso engloba duas iniciativas. A primeira envolve a entrega de produtos na área de meteorologia e clima, de hidrometeorologia e de sensoriamento remoto ambiental e territorial. A segunda, por sua vez, compreende as pesquisas que são realizadas pelos técnicos do Censipam, no âmbito da região amazônica. Dessa forma, este macroprocesso pode ser dividido em:

- 1) Produção sistemática: As entregas para os cidadãos e/ou instituições parceiras, como boletins e alertas meteorológicos e hidrometeorológicos.
- 2) Pesquisa e desenvolvimento: É a produção de artigos técnico-científicos decorrentes de pesquisas aplicadas à atuação do órgão, no nível de mestrado e doutorado, orientadas por pesquisadores cedidos ao Censipam ou por doutores de institutos e universidades brasileiras.

MACROPROCESSO: GESTÃO DO CONHECIMENTO		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Previsão meteorológica de tempo, clima e de eventos extremos	Boletins de previsão de tempo e clima	23.522 boletins elaborados
Desenvolvimento de pesquisa aplicada	Artigos nacionais e internacionais e publicações técnico-científicas	15 artigos publicados
Apoio à iniciação científica	Formação complementar de alunos de graduação	10 alunos de graduação em formação complementar

Macroprocesso: Apoio as Políticas Públicas

Este macroprocesso envolve as entregas de produtos de geoinformação e serviços de telecomunicações satelital pactuados com órgãos federais, estaduais e municipais, por meio de protocolos de cooperação nacional.

Cooperação Nacional: as entregas de serviços estão associadas às telecomunicações satelitais em banda larga em apoio às políticas públicas de justiça para todos, erradicação da pobreza, de segurança de fronteiras, de defesa civil, de saúde, de educação à distância, de inclusão digital, de compensação ambiental e de ordenamento fundiário.

Os produtos de geoinformação entregues à defesa civil, secretarias de meio ambiente dos municípios, forças armadas, entre outros, propiciam a antecipação e intervenção dos órgãos demandantes.

MACROPROCESSO: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Operação Arco Verde / Telecentro BR	Inclusão digital e instalação de telecentros comunitários nos municípios	23 telecentros viabilizados
Operação Arco Verde	Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais nos municípios	Realizado diagnóstico das políticas executadas e divulgadas por órgãos públicos federais e estaduais
	Fortalecimento da gestão ambiental municipal	O projeto foi aprovado. Objeto em reformulação.
Programa de Monitoramento de Áreas Especiais	Monitoramento de desmatamento e identificação de ilícitos	3.145.949 km ² monitorados
Cartografia Terrestre	Produtos cartográficos (planialtimétricos) na escala 1:50.000, tais como: cartas topográficas, ortoimagens com curvas de nível, modelos de elevação do terreno e modelos de estratificação vegetal	573 arquivos de estratificação vegetal 746 modelos digitais de terreno 808 modelos digitais de superfície 972 ortoimagens
Cartografia Náutica	Atualização contínua da cartografia náutica das principais hidrovias da região amazônica.	20 Produtos Cartográficos
Cartografia geológica	Cartas geológicas nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, estão previstos também outros produtos gerados pelos levantamentos aerogeofísicos, tais como mapas e dados magnetométricos e gamaespectrométricos.	28 cartas geofísicas 24 cartas geológicas
SIG Fundiário	Sistema Geográfico de Informações Fundiárias do Nordeste Paraense	Sistematizados e cadastrados 28.302 processos fundiários Espacialização de 2.976 imóveis rurais Modelados banco de dados Desenvolvidos módulos do Sistema para o cadastro de proprietário, imóvel e processo.
Alerta Hidrometeorológico	Sistema de Alertas Hidrometeorológicos	Elaboração do avanço do desmatamento na bacia do rio Jaru Monitoramento da turbidez do rio Madeira (24 coletas realizadas) Armazenamento dos registros dos pluviógrafos instalados na bacia pela CAERD
Rede VSAT de apoio a políticas de erradicação da pobreza	Análise dos dados do Cadastro Único	Realizada análise para 3 municípios no estado do Acre.

Macroprocesso: Cooperação Internacional

Este macroprocesso observa a metodologia consolidada e aplicada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com prioridade de fortalecimento do Conselho de Defesa Sul americano, no âmbito da UNASUL, bem como nas cooperações com outros países.

No âmbito da UNASUL as entregas envolvem capacitação de recursos humanos, integração sistêmica, transferência de metodologia de produção do conhecimento e intercâmbio de informações.

Em relação a outros países, o Censipam enfatiza a cooperação envolvendo bens e serviços que em âmbito nacional não há possibilidade de obter, tais como imagens de satélite de micro-ondas, aplicativos de detecção automática de feições, telecomunicações satelitais portáteis, entre outros.

MACROPROCESSO: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
UNASUL	Plano de Ação 2013	Seminário realizado em Manaus em agosto de 2013, com a participação de 11 países.

1.4.2 CGINT

Macroprocesso: Relatórios de Inteligência

Os Relatórios de Inteligência foram produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa).

MACROPROCESSO: RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADO EM 2013
Coleta de dados	Base de dados	119 Relatórios
Processamento	Mineração de dados	
Agregação de valor	Base de informações	
Formalização	Relatório de Inteligência	
Difusão	Difusão	

Macroprocesso: Planejamento e Controle - (PLACON)

Realizado de acordo com uma metodologia própria, utilizando tecnologia de telemática de VSAT para a realização de videoconferências entre a área de operações e a sala de situação, em apoio as Operações executadas com órgãos parceiros do Governo Federal em combate aos crimes e ilícitos ambientais e ao narcotráfico.

MACROPROCESSO: PLANEJAMENTO E CONTROLE (PLACON)		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADO EM 2013
Identificação do alvo	Alvo identificado	08 Operações de apoio realizadas compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle.
Planejamento de operação	Relatório de planejamento	
Proposta de operação	Reunião com órgão responsável	
Execução da operação	Utilização da célula de Planejamento e Controle.	
Análise após ação	Relatório final	

1.4.3 DITEC

Macroprocesso: Disponibilização de Rede de Comunicação por Satélite (VSAT) Própria.

A instalação e manutenção de terminais é realizada através de planejamento e logística próprios do CENSIPAM que organiza durante o exercício a execução de diversas missões de campo exclusivas para atendimento a este parque de equipamentos. Em 2013 o número de terminais em operação foi elevado para 572. Além disso, diversas ações de melhoria na qualidade do serviço

oferecido foram tomadas para atender a crescente demanda dos usuários por um acesso de maior agilidade e capacidade.

MACROPROCESSO: DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO POR SATÉLITE (VSAT)		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Contratação do segmento espacial	Segmento espacial	56 antenas instaladas no exercício, totalizando 572 de uma meta de 1.000 antenas VSAT para 2015. 93% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal.
Operação da rede satelital	Comunicação satelital	
Manutenção do parque de antenas	Parque de antenas em funcionamento	
Modernização da infraestrutura	Eficiência e qualidade na comunicação	

Macroprocesso: Suporte e Manutenção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O CENSIPAM é responsável pela operação, integração e disponibilização de dados sobre a Região Amazônica provenientes de uma gama diversa de sensores: óticos e espectrais sejam embarcados em aeronaves ou satélites, radares meteorológicos, equipamentos de comunicação, estações meteorológicas de superfície, levantamentos de campo efetuados por técnicos especializados, entre muitos outros. A integração destes dados e a garantia de sua disponibilidade depende de equipamentos tecnológicos para coleta, transmissão, processamento e armazenamento da informação. A evolução natural da tecnologia, a vida útil dos equipamentos e a crescente demanda pela capacidade de processamento são preocupações constantes espelhadas no planejamento estratégico do órgão e impõem a necessidade constante de atualização desta infraestrutura tecnológica. Durante 2013 privilegiou-se a infraestrutura de processamento e guarda de dados através da aquisição de novos equipamentos servidores, de rede com e sem fio e de armazenamento em massa.

MACROPROCESSO: SUPORTE E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA TIC		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Operação da rede de TIC	Operacionalidade da rede e serviços de rede	25% do parque de desktop modernizado. 50% do parque de servidores, armazenamento e rede modernizado. Contratação da fábrica de software.
Modernização da infraestrutura	Eficiência e qualidade nos equipamentos	
Manutenção e suporte a usuários	Parque de equipamentos em funcionamento	
Desenvolvimento de Software e Banco de Dados	Sistema de informação	

1.5 Macroprocessos de Apoio.

1.5.1 DIRAF

Macroprocesso: Gestão de Licitações e Contratos de Bens e Serviços

Este macroprocesso tem como finalidade as contratações e aquisições de serviços e bens na Administração pública, com vistas continuidade dos serviços essenciais de infraestrutura do Censipam, e desenvolvimento de novos projetos, proporcionando condições para o atingimento dos

objetivos institucionais. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, a Lei 8.666/1993. – Lei de Licitações e Contratos.

MACROPROCESSO: GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Planejamento da Contratação/Aquisição	Plano de Trabalho	1 tomada de preços 6 adesões a Ata de Registro de Preços 100 dispensas de licitação 4 inexigibilidades 44 contratos novos 60 termos aditivos 57 pregões eletrônicos
Elaboração de Documentos de Referência	Termo de Referência/Projeto Básico/Edital	
Análise, Adequação e Atendimento às Normas Legais e Orientações Técnicas		
Realização do Certame	Adjudicação e Homologação do processo	
Contratação	Assinatura do Contrato	
Acompanhamento	Recebimento e fiscalização	

Macroprocesso: Gestão de Recursos Humanos

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos na Administração pública, com vistas a prover, gerir e capacitar os Recursos Humanos, ao Censipam, proporcionando condições para o atingimento dos objetivos institucionais. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, a Lei 8.112/1990.

MACROPROCESSO: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Capacitação	Servidor capacitado	243 capacitações realizadas
Pagamento de pessoal	Folha de pagamento	Pagamentos executados
Recrutamento de servidores e estagiários	Ingresso de servidores e estagiários	Efetivação da força de trabalho
Cadastramento de servidores	Cadastro de servidores	Relação de servidores atualizada
Controle de frequência	Controle de frequência	Controle da folha de ponto

Macroprocesso: Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão dos Recursos Orçamentários e Financeiros na Administração pública, com vistas a prover, com vistas a contribuir para o atingimento dos objetivos institucionais, do órgão. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual.

MACROPROCESSO: GESTÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Elaboração de Proposta Orçamentária	Proposta de Lei Orçamentária - PLOA	Execução orçamentária e financeira de acordo com o Planejamento Estratégico, os limites definidos na Lei Orçamentária e Normas de execução do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e demais órgãos de controle Interno e Externo.
Execução Orçamentária	Pré-Empenhos e Empenhos	
Execução Financeira	Liquidações e Pagamentos	
Acompanhamento e Ajustes	Propostas de Suplementação e Realocações de recursos, e Conformidade dos Registros de Gestão.	

Macroprocesso: Gestão de Recursos Patrimoniais

Este macroprocesso tem como finalidade a gestão dos Bens Patrimoniais da Unidade, com vistas a contribuir para o atingimento dos objetivos institucionais, do órgão. Este macroprocesso segue as diretrizes da legislação vigente, em especial, o Decreto Lei nº 200/1967 e Decreto nº 99.658/1990.

MACROPROCESSO: GESTÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2013
Controle	Registros atualizados	Controle efetivo dos bens
Armazenagem	Estocagem dos bens	Guarda de bens em condições adequadas
Ressuprimento	Manutenção dos níveis de estoque	Atendimento adequado das demandas
Inventário físico dos bens	Relatório de Inventário	Avaliação da gestão dos bens

1.6 Principais parceiros externos à UJ, relacionados aos macroprocessos finalísticos.

QUADRO A.1.6 – PARCEIROS EXTERNOS DO CENSIPAM

ÓRGÃO PARCEIRO OU BENEFICIÁRIO	OBJETO	OBJETIVOS
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB CONCEDENTE	O estabelecimento da cooperação técnica entre a AEB e o Censipam, para implementar atividades de suporte à inferência de precipitação através de medidas efetuadas por satélites ambientais, e ao processamento destas informações no âmbito do Programa GPM - GLOBAL PRECIPITATION MEASUREMENT	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Recebimento de informações das plataformas de coleta de dados instaladas na bacia amazônica.
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC	Intercâmbio de informações e a cooperação técnica e operacional, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema de Aviação Civil (SACI).	Fornecimento do banco de dados da ANAC ao Censipam para apoio as operações de repressão contra ilícitos na região amazônica.
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO – BNDES / FUNDO AMAZÔNIA	Apoio técnico, logístico e operacional às Prefeituras dos municípios localizados na área do projeto Arco Verde.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM, por meio do apoio financeiro para projetos sustentáveis nos municípios inseridos no arco do desmatamento.
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	O estabelecimento de normas para a Operação e Manutenção das Estações de Radares Meteorológicos do SIPAM, de maneira ordenada, racional, e eficiente, estabelecendo normas, procedimentos e responsabilidades	Estabelecimento de procedimentos para recebimento sistemático de dados dos radares meteorológicos.

	para a utilização dos dados gerados, dos recursos de monitoramento e gestão, de suporte à operação, e manutenção dos Radares Meteorológicos (RADARMET), que compõem a infraestrutura de equipamentos do SIPAM.	
COMANDOS DA AERONÁUTICA, DO EXERCITO, DA MARINHA E CPRM	Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia Legal	Mapeamento cartográfico da região amazônica.
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	A Operação e Manutenção das Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) e Estações Meteorológicas de Superfície Isoladas, de maneira ordenada, racional, e eficiente, estabelecendo normas, procedimentos e responsabilidades para a utilização dos dados coletados, dos recursos de monitoramento e gestão, de suporte à operação, de capacitação de equipe técnica para manutenção das EMS, sob responsabilidade do CINDACTA IV, e das EMS Isoladas, sob responsabilidade do Censipam, que compõem a infraestrutura de equipamentos do SIPAM.	Estabelecimento de procedimentos para recebimento sistemático de dados das Estações Meteorológicas de Superfície – EMS.
COMANDO DA AERONÁUTICA - COMAER POR INTERMÉDIO DO EMAER	Indenização do Consumo de Energia Elétrica do Complexo do CR-MN a ser indenizado pelo Censipam ao CINDACTA IV.	Acordo para rateio de despesas de energia elétrica entre o CINDACTA IV e o Censipam.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS ESTADOS: ACRE - AMAZONAS - MARANHÃO - MATO GROSSO - PARÁ - RORAIMA	O intercâmbio de informações e de infraestrutura com vistas ao desenvolvimento e apoio às atividades e projetos comuns, a serem realizados no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia.	Ampliação do acesso à justiça.
CNPq (Acordo efetivado pelo CNPq com o Censipam)	A atuação conjunta do CNPq e do Censipam, visando propiciar o atendimento da estratégia de governo na realização de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação.	Pesquisa e desenvolvimento.
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Implantação da rede de telecomunicações satelitais em apoio às ações de telessaúde e telemedicina na região amazônica.
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações sobre áreas de exploração mineral.
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações de imagens satelitais de observação da terra.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA - (UFAM)	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de dados para o monitoramento em áreas de proteção ambiental e fornecimento de rede de telecomunicações satelitais às unidades isoladas do ICMBio.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - P/AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA	Realização de ações em conjunto para a preservação ambiental e o combate de ilícitos ambientais no estado de Rondônia	Intercâmbio de informações para o monitoramento ambiental.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – MC	Implantar e operacionalizar 137 Telecentros em 47 municípios da AL, localizados na área do projeto Arco Verde	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM, por meio da instalação de telecentros no arco do desmatamento.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA / PROGRAMA BOLSA VERDE	Identificar, quantificar e monitorar os desmatamentos existentes em Assentamentos do INCRA e Áreas de Preservação.	Apoio ao Programa de Compensação Ambiental do MMA.
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE CONFRESA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE CONFRESA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVO PROGRESSO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE DOM ELISEU - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia –

		PPCDAM.
MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PACAJÁ - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MARABÁ - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUÁIA - PA - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.

MUNICÍPIO DE JUARA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ - RR - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE LÁBREA - AM - PROJETO ARCO VERDE	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO – RO	Promover a cooperação e o apoio técnico entre o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM e o município de Pimenta Bueno - RO, para o aprimoramento da gestão e planejamento municipal.	Apoio às ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO – AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO	Aprimoramento da gestão e do planejamento municipal, com foco na agenda do Programa SipamCidade.	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM.
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO – AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Apoio as ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM
TELEVISÃO LIBERAL LIMITADA - TV LIBERAL	O fornecimento pelo CENSIPAM à TV LIBERAL de imagens e informações textuais relativas à previsão do tempo na região amazônica, sem qualquer ônus para a TV LIBERAL.	Previsão do tempo e clima para divulgação à sociedade.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS – TJ/AM	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Ampliação do acesso à justiça.
RÁDIO TV DO AMAZONAS	O fornecimento de imagens satélites e informações relativas à previsão do tempo das regiões	Previsão do tempo e clima para divulgação à sociedade.

	compreendidas na Amazônia Legal, pela Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus - CR-MN, conforme Plano de Trabalho.	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos para apoio às atividades e projetos comuns, bem como o desenvolvimento de ações conjuntas, com vistas à atuação integrada e coordenada dos partícipes, para implantação e manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia.	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO"- UNESP	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica entre o CENSIPAM e a UNESP, nas áreas de atuação e interesses comuns	Pesquisa e desenvolvimento.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	Intercâmbio de informações, infraestrutura e recursos humanos	Pesquisa e desenvolvimento.

Informações Complementares.

A CGINT participa como representante do Censipam, no SISBIN, no Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com ênfase ao Narcotráfico (CICCON), na Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), no Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos ambientais.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.

2.1 Planejamento da Unidade.

O planejamento estratégico do Censipam foi estruturado a partir das definições de missão, visão e valores do órgão. Em seguida, foram feitas análises dos ambientes interno e externo e o mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim, foram definidos 11 (onze) objetivos estratégicos a ser atingidos nos próximos 12 (doze) anos. Os objetivos estratégicos estão distribuídos, no nível tático, em 65 ações estratégicas. No nível operacional, o Censipam conta com 500 metas e/ou etapas.

Ademais, o planejamento estratégico realizado também possui como subsídio o Objetivo 0533 do Plano Plurianual vigente - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia, cuja vinculação com suas competências institucionais, previstas no Decreto nº 7.974/2013, pode ser melhor visualizada no quadro abaixo:

VINCULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS COM O PLANO ESTRATÉGICO

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
<p>- Propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia -CONSIPAM;</p> <p>II - Fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p> <p>III - Coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;</p> <p>IV - Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;</p> <p>V - Supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM;</p> <p>VI - Articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;</p> <p>VII - Desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM.</p>	<p>OE 1– Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa</p> <p>OE 2– Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos .</p> <p>OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia.</p> <p>OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.</p> <p>OE 5– Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.</p> <p>OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.</p> <p>OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.</p> <p>OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.</p> <p>OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.</p> <p>OE10– Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p> <p>OE11– Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.</p>

Atualmente, o planejamento estratégico do Censipam encontra-se em fase de aprovação formal.

2.1.1 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2013.

A estratégia para a realização do planejamento estratégico, no ano de 2013, foi priorizar projetos e otimizar processos em razão das restrições orçamentárias sofridas pelo órgão e do alto déficit de recursos humanos.

Os principais riscos à execução do planejamento em 2013, são a dificuldade de preenchimento do quadro efetivo, por meio de concurso público; a definição e padronização de processos de trabalho e a elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas. Ademais, foram diagnosticados escassez de insumos para o tratamento de imagens de satélite e imagens colhidas por meio de sensores em aeronaves e a indisponibilidade no mercado de banda de comunicação via satélite, em razão da grande demanda de empresas privadas de telecomunicações ocasionada pelos eventos desportivos vindouros, o que influencia diretamente na entrega dos produtos do órgão para a sociedade.

Quanto a esse ponto específico, está em fase de elaboração alguns acordos de cooperação com países que dominam tecnologias satelitais como China, Índia e França.

Vale ressaltar que, existe atualmente um trabalho desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa-MD, do qual o Censipam faz parte, de implementação da cultura de gestão estratégica. O intuito é mapear os processos estratégicos, construir a cadeia de valor, a identificação de indicadores e o seu alinhamento estratégico, a elaboração de projetos de melhoria e a transformação de processos, para, por fim, consolidar os projetos no Plano Estratégico de Defesa e na cultura organizacional.

O Censipam pretende com esse trabalho: Formação de Quadro Permanente de Servidores, Construção do Edifício Sede do Censipam em Brasília, Implantação de Sistema dos Alertas Hidrometeorológicos, Implantação do Amazônia-SAR, Implantação do Sistema de Regularização Fundiária, Fortalecimento do Monitoramento Ambiental Municipal, Implantação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado, com Ênfase no Narcotráfico (CICCON), entre outros.

Paralelamente a isso, iniciou-se parcerias com alguns órgãos do governo federal com vistas a implementar softwares que auxiliam na melhoria da gestão de processos e projetos, a custo reduzido ou sem custo algum, no caso de software públicos. Também foi iniciado o estudo de viabilidade de contratação de consultoria especializada em gestão de processos e projetos.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.

2.2.1 Programa temático.

Os quadros a seguir demonstram informações sobre os programas temáticos de governo constantes do PPA, bem como os Objetivos e Iniciativas de programa temático que estiveram sobre a responsabilidade da UJ no exercício 2013.

QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2058				
Título	Política Nacional de Defesa				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	266.924.890	75.161.965	62.392.000	129.370.925	
Orçamento de Investimentos – OI					
Outras Fontes					
Total	266.924.890	75.161.965	62.392.000	129.370.925	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
45.534.875	18.889.790	18.818.036	47.664,56	8.381.423,10	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	0				
Processados					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	62.392.000	Dotação OI	0	Outras Fontes	0

Fonte: SIOP

2.2.1.1 Análise Situacional.

O Censipam, enquanto secretaria do Ministério da Defesa, está inserido no Objetivo 0533 do PPA 2012-2015, isto é, “Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia”, que faz parte do programa 2058, Política Nacional de Defesa. A análise quantitativa de tal objetivo está disponível no item 2.2.2, a seguir.

2.2.2 Objetivo

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.		
Código	0533	Órgão	Ministério da Defesa
Programa	Política Nacional de Defesa	Código	2058

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica	%	90	83	83	92,22
02	Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal	%	90	93	93	103,33
03	Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos	Unid.	112	38	49	43,75
04	Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	Unid.	1.300	0	0	0
05	Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	Unid.	1.000	40	572	57,20
06	Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	Unid.	4.924	878	972	19,74
07	Editar e imprimir 610 cartas topográficas	Unid.	610	0	0	0
08	Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal	Unid.	6.354	204	573	9,02
09	Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	Unid.	39.312	13.498	23.522	59,83
10	Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência	Unid.	300	24	709	236,33
11	Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta	Km²	160.000	6.262	6.262	3,91
12	Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.	Km²	571.046	0	0	0
13	Implementar 80 telecentros nos	Unid.	80	0	0	0

	municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades) Informações Básicas					
14	Monitorar 6 milhões de Km ² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	Km ²	6.000.000	0	3.145.949	52,43
15	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	Km ²	470.000	0	0	0
16	Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).	Unid.	4.924	772	808	16,41
17	Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).	Unid.	4.924	878	972	19,74
18	Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT)	Unid.	6.354	377	746	11,79
19	Produzir 189 cartas geológicas	Unid.	189	10	24	12,70
20	Produzir 82 cartas aerogeofísicas	Unid.	82	15	28	34,14

Fonte: SIOF

2.2.2.1 Análise Situacional.

Os resultados alcançados pelo Censipam na execução das metas do PPA, com os recursos orçamentário do exercício 2013, encontram-se explicados abaixo, seguindo a ordem sequencial do quadro A.2.2.2:

01 - Durante 2013 privilegiou-se a infraestrutura de processamento e guarda de dados por meio da aquisição de novos equipamentos servidores, de rede com e sem fio e de armazenamento em massa. Com estas aquisições e diante do cenário completo do parque tecnológico atingiu-se o índice de 83% de modernização. Durante 2014, em virtude de restrições orçamentárias, pretende-se elevar levemente este índice para a casa de 85%.

02 - A tarefa de manter em operação o seu parque tecnológico representa um verdadeiro desafio, principalmente em razão da dificuldade de acesso às localidades e das condições climáticas desfavoráveis para a operação de equipamentos eletrônicos. Durante o exercício de 2013, conseguiu-se superar a meta estabelecida em planejamento prévio, atingindo-se 93% de terminais instalados e em operação, o que foi possível em virtude da realização de constantes missões de manutenção em campo. Tão difícil quanto atingir esta taxa de operacionalidade é mantê-la, pois equipamentos eletrônicos sempre estão sujeitos a falhas.

03 - Foram atualizados 49 mapas cartográficos náuticos durante todo período do PPA, sendo que no exercício 2013 foram feitos 20. Houve significativo aumento na entrega desses produtos em 2013 em razão da Marinha do Brasil ter incorporado três navios hidroceográficos, sendo dois em Manaus e um em Belém. Este fato confere relevante avanço na segurança da navegação na bacia amazônica para a sociedade.

04 - Até dezembro de 2013 não houve capacitação de técnicos nos 700 municípios da Amazônia Legal tendo em vista que tal meta foi fortemente impactada pelo esforço do Censipam para atuar em consonância com o governo federal na redução do gasto fiscal.

05 - As ações de melhoria na qualidade do serviço oferecido são necessárias em razão da crescente demanda dos usuários por um acesso de maior agilidade e capacidade.

A disponibilização de terminais de comunicação VSAT para a região amazônica depende, dentre outros fatores, de disponibilidade no satélite utilizado para transmissão dos dados. O Censipam mantém contrato de locação de espaço em satélite comercial. Porém, trata-se de um recurso de custo bastante elevado e finito.

A limitação de expansão do espaço, aliada à melhoria na largura de banda de acesso e, conseqüentemente, da qualidade de serviço oferecida aos terminais já instalados, dificultaram que mais terminais sejam postos em operação. Outro fator importante que deve ser destacado é a ausência de corpo técnico suficiente para a realização das missões de campo, sejam elas para manutenção das estações ou para novas instalações. Importante salientar que, todavia, há um pedido sobre realização de concurso público para contratação de técnicos de nível intermediário em análise pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assim, o parque tecnológico conta hoje com 572 terminais em operação.

06 - Esta meta substituiu a meta “Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)” extinta em 2012 e que contava com 94 ortoimagens editadas. Desta forma, até 2013, foram editadas cumulativamente 1.066 dessas ortoimagens.

07 - Nesse quadriênio, nenhuma carta topográfica foi feita, devido à ausência de recursos financeiros, essenciais para ida a campo para identificação nominal dos acidentes naturais e antrópicos. Todavia, em 2014 pretende-se editar e imprimir 50 cartas topográficas, considerando que o Acordo de Cooperação a ser firmado com o Exército, o qual será responsável pela reambulação dos pontos cartográficos, etapa imprescindível para a edição de cartas topográficas.

08 - Esta meta substituiu a meta “Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal” extinta em 2012 e que contava com 369 arquivos já elaborados. Desta forma, até 2013, alcançou-se 942 arquivos. Tal resultado deve-se a dificuldades orçamentárias envolvendo os parceiros do Censipam no projeto cartografia da Amazônia para essa atividade especificamente, quais sejam: Forças Armadas e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Ressalta-se que o Censipam também encontrou dificuldades orçamentárias e de pessoal, haja vista que realizou o primeiro concurso público para pessoal efetivo em 2013, sendo necessário o preenchimento de aproximadamente 150 vagas para a normalidade do serviço.

09 - O quantitativo acumulado de boletins de previsão diária de tempo para a Amazônia Legal foi de 23.522 no ano de 2013, o que significa um efetivo incremento na atuação do Censipam no apoio às ações de Defesa Civil na Amazônia em relação ao produzido em 2012, 10.024 boletins.

10 - No ano de 2013, houve mudança de sistemática e metodologia na produção de conhecimento, em razão do novo Decreto Nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, que influenciou na metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, esse Órgão atingiu o total de 709 produtos na área de inteligência, um verdadeiro salto em relação aos 24 produzidos em 2012, os quais contribuem com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia. No que tange especificamente aos ilícitos ambientais, o Censipam apoiou diversos órgãos nessa atividade, citando como exemplo: a Operação Hileia Pátria, coordenada pelo Gabinete Permanente de Gestão Integrado para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), que envolveu toda a Coordenação de Inteligência com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa envolvendo pessoal e material tecnológico do Censipam, além de participar do planejamento de missões da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) em ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais.

Também foram realizados trabalhos de apoio à Polícia Rodoviária Federal, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-

IBAMA. Em 2014 o Censipam, continuará a apoiar, com seu material tecnológico e pessoal, os órgãos governamentais em suas operações de combate aos ilícitos; a incentivar e participar de comissões que analisa a situação dos ilícitos, produzindo relatórios que subsidiam a preparação e execução de operações dentro da sua área de atuação.

11 - Foi realizado até o momento o imageamento de 6.262km de área de não floresta. A principal dificuldade para a execução da meta do quadriênio foi a baixa disponibilidade de horas de vôo, dado que a aeronave da Força Aérea Brasileira responsável pelo imageamento voltou a operar apenas no início de 2013, após atualização tecnológica.

Fatores climáticos também interferiram negativamente no segundo semestre, dado que a região amazônica esteve constantemente nublada e o sensor de imageamento utilizado é óptico, pois necessitam de uma fonte externa de energia, no caso o sol, para poder operar.

12 - O imageamento de áreas de floresta, no âmbito do Projeto Cartografia da Amazônia foi repactuado para ter início em 2015 e sua formalização será consignada no Aditivo ao Acordo de Cooperação firmado com o Comando da Aeronáutica, previsto para ser assinado até abril de 2014. O motivo do atraso na execução desta meta foi a ausência de definição sobre o custo associado. Os ajustes serão consignados no Aditivo citado.

13 - Até o momento foram viabilizados 23 telecentros. O Censipam cumpriu importantes fases do projeto, como a instalação de 23 antenas de comunicação via satélite VSAT nos municípios de Mato Grosso e Roraima. Entretanto, o completo cumprimento da meta nos municípios previstos depende da instalação de mobiliários, equipamentos e conexão ao programa Gesac, de competência do Ministério das Comunicações, o que não ocorreu da forma como prevista.

14 - O Censipam executou o monitoramento de 3.145.949 km² de áreas especiais em 2013. O aumento expressivo da área monitorada em relação a 2012, em que o total de área monitorada foi de 483.25km², reflete a ampliação significativa da capacidade do sistema na geração de dados estratégicos para o combate a atividades ilegais na Amazônia, por meio da utilização de sensores aerotransportados e orbitais.

15- Não houve monitoramento de Glebas Públicas Federais no programa Terra Legal devido ao fato de que tal projeto será executado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como tal acordo está em fase de implementação, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o programa de monitoramento de áreas especiais, que constitui a meta: Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE).

16 - Esta meta substituiu a meta “Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)” extinta em 2012 e que contava com 369 modelos processados. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 1.177.

17 – Esta meta substituiu a meta “Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)” extinta em 2012 e que contava com 94 ortoimagens editadas. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 1.066 dessas ortoimagens.

18 - Esta meta substituiu a meta “Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)” extinta em 2012 e que contava com 369 modelos processados. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 1.115 desses modelos.

19 - Esta meta substituiu a meta “Produzir 70 cartas geológicas” extinta em 2012 e que contava com 14 cartas produzidas. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 42 cartas. Vale

ressaltar que, essa meta teve sua execução comprometida em razão do esforço do Censipam para atuar em consonância com o governo federal na redução do gasto fiscal

20 - Esta meta substituiu a meta “Produzir 433 cartas aerogeofísicas” extinta em 2012 e que contava com 13 cartas produzidas. Desta forma, até 2013, foram processadas cumulativamente 41 cartas. Assim como ocorreu com a meta Produzir 189 cartas geológicas, sua execução comprometida em razão do esforço do Censipam para atuar em consonância com o governo federal na redução do gasto fiscal.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Atualmente, não há no Censipam um trabalho de monitoramento de resultados de indicadores gestão além daqueles exigidos no acompanhamento da LOA e do PPA.

Entretanto, conforme informado no item 2.1.1 existe atualmente um trabalho desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa-MD, do qual o Censipam faz parte, de implementação da cultura de gestão estratégica. O intuito é mapear os processos estratégicos, construir a cadeia de valor, a identificação de indicadores e o seu alinhamento estratégico, a elaboração de projetos de melhoria e a transformação de processos, para, por fim, consolidar os projetos no Plano Estratégico de Defesa e na cultura organizacional.

O Censipam pretende com esse trabalho: Formação de Quadro Permanente de Servidores, Construção do Edifício Sede do Censipam em Brasília, Implantação de Sistema des Alertas Hidrometeorológicos, Implantação do Amazônia-SAR, Implantação do Sistema de Regularização Fundiária, Fortalecimento do Monitoramento Ambiental Municipal, Implantação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado, com Ênfase no Narcotráfico (CICCON), entre outros.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.

3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula.

O controle setorial no âmbito da UJ está a cargo da Secretaria de Controle Interno/MD, conforme descrito no Art. 6º do Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.

O Censipam está providenciando mecanismos de controle interno, para tanto, está em fase de criação de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão, evidenciando sua legalidade e razoabilidade, e os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

No ano de 2013, foi realizado acompanhamento e orientações conforme legislação correlata. O Censipam se preocupa com o assunto e pretende adequar suas atividades de controle em busca na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação destes e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos adequados para mitigá-los.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.

O Quadro A.3.2, demonstra a percepção da unidade, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento de seus controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles, sendo considerados os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de riscos;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Para esse fim consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: O Censipam a partir do ano de 2012 implantou o seu Planejamento Estratégico para o período de 2012/2023, com o objetivo de planejar ações com metas e indicadores de resultados.</p> <p>No objetivo estratégico 05 projeta ações administrativas direcionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A reestruturação administrativa e aprovação do Regimento Interno do Censipam; b) O redesenho dos métodos e processos de trabalho com a criação de indicadores; c) A capacitação dos servidores e a criação de fóruns de discussão para melhorias de processos e controles; <p>As avaliações e as orientações do órgão de controle interno do Ministério da Defesa têm proporcionado melhorias nos controles e nos procedimentos dos processos de trabalho, possibilitando ao Censipam o atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição.

Conforme previsto no Inc. IV, Art. 30 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, cabe ao Departamento de Administração Interna – Deadi desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e respeitada as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição, conduzindo as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares.

3.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.403/2007 da CGU.

Quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU informa-se que até o ano de 2011, o Censipam, estava subordinado à Casa Civil da Presidência da República, sendo atribuição daquele órgão o registro no CGUPAD. Portanto, pelo apurado, foi registrado o Processo n. 00012.000192/2007-08, referente o servidor de matrícula Siape n. 1352790, já exonerado, a partir de março de 2011. A partir do ano 2012, quando o Censipam passou a vinculação do Ministério da defesa, não houve instauração de nenhum processo administrativo disciplinar.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

4.1 Execução das despesas.

Os quadros a seguir demonstram informações sobre a gestão de alguns tópicos da execução orçamentária e financeira no exercício 2013.

4.1.1 Programação.

As informações sobre a Programação de Despesa no exercício de referência do relatório de gestão são apresentadas conforme se descrevem a seguir.

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária : Ministério da Defesa	Código UO: 52101	UGO: 110407	
Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Correntes		
	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes

DOTAÇÃO INICIAL		0	0	36.189.716		
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	15.775.000		
	Especiais	0	0			
		0	0			
	Extraordinários	0	0			
		0	0			
Créditos Cancelados	0	0	-2.000.000			
Outras Operações		0	0			
Dotação final 2013 (A)		0	0	49.964.716		
Dotação final 2012(B)		0	0	38.414.000		
Variação (A/B-1)*100		0	0	30,07		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital				
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência	
DOTAÇÃO INICIAL		26.202.284	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	2.000.000	0	0	0	
	Especiais	Abertos		0	0	0
		Reabertos		0	0	0
	Extraordinários	Abertos		0	0	0
		Reabertos		0	0	0
Créditos Cancelados	-15.775.000	0	0	0		
Outras Operações			0	0	0	
Dotação final 2013 (A)		12.427.284	0	0	0	
Dotação final 2012(B)		36.747.965	0	0	0	
Variação (A/B-1)*100		-66,19	0	0	0	

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.1.1 Análise Crítica.

A redução das dotações finais verificadas entre os exercícios de 2012 e 2013 é explicada pela inexistência, no exercício de 2013, de valores oriundos da fonte 81 – Recursos de Convênios (Fundo Amazônia), anteriormente contemplados na LOA 2012.

Por sua vez, as alterações orçamentárias consideradas relevantes, nos valores de R\$ 15.775.000,00 e de R\$ 2.000.000,00 decorreram, respectivamente, da necessidade de readequação dos valores aprovados na LOA 2013, no tocante ao Plano Orçamentário 0002 – Sistema de Cartografia para Amazônia Legal, aos valores dos novos Planos de Trabalho, homologados por meio do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação técnica nº 03/2008, em data posterior ao envio da PLOA 2013, bem como, no tocante ao Plano Orçamentário 0004 – Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores, da necessidade de aquisição de Storages para estruturação de solução confiável de armazenamento de dados não estruturados provenientes dos sensores utilizados pelo SIPAM.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da	UG	Classificação da ação	Despesas Correntes
-----------	----	-----------------------	--------------------

Movimentação	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110407					
Recebidos		110511	5210105122210820TP0000	4.102.103,87		
			5210105153205814SY0002	0	0	15.074,16
			5210105542205820X40004	0	0	4.470.854,60
			5210105542205820X40005	0	0	53.932,06
			5210105542205820X40006	0	0	343.871,60
			5210105542205820X40007	0	0	1.959.300,00
			5210105542205820X40008	0	0	15.551.262,58
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110407					
Recebidos		110511	5210105542205820X40004	7.233.140,70	0	0
			5210105542205820X40008	467.000,00	0	0
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos				0	0	
Recebidos	110120	110511	2011806183210126840006	0	0	335.417,17
Concedidos				0	0	
Recebidos	250103	110511	2510304122211020000002	0	0	119.533,11
Concedidos				0	0	
Recebidos	320056	110511	3226525122211920000000	0	0	65.711,88
Concedidos				0	0	
Recebidos	443126	110511	4420718541201820WM0003	0	0	72.569,61
Concedidos				0	0	
Recebidos	443128	110511	4420718541201820WM0003	0	0	131.576,52
Concedidos				0	0	
Recebidos	443129	110511	4420718541201820WM0003	0	0	39.000,59
Concedidos				0	0	
Recebidos	530012	110511	5310104122211120000002	0	0	279.216,70
Concedidos				0	0	
Recebidos	550007	110511	5510108126201964140001	0	0	697.103,48
Concedidos				0	0	
Recebidos	490101	110511	4910121122212020000001	0	0	581.066,32

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos				0	0	0
Recebidos				0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Ao longo do ano 2013, as Transferências de Recursos – Recebimentos, ocorreram em função do cumprimento de instrumentos firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, e de valores referentes ao rateio de despesas em função de Termos de Cessão de uso de Instalações no CCG e Centros Regionais, com os órgãos parceiros, ICMBio, MDA/Terra Legal, ABIN, e Agência Nacional do Petróleo – ANP, Receita Federal do Brasil - RFB e Ministério da Integração-CENAD. As Transferências de Recursos – Concessões, em função do Programa Cartografia da Amazônia, e do rateio de despesas de manutenção das áreas dos Blocos “K”, “J” e “T”, utilizados pelo CENSIPAM, inseridos em condomínio sob gestão do MCT e a Agência Nacional de Águas - ANA, ocorreram através da UG 110407.

MOVIMENTAÇÃO INTERNA

a) Despesas Correntes:

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 26.496.398,87 referente ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

b) Despesas de Capital:

Recursos concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 7.700.140,70, referente aos Programas 2058 – Política Nacional de Defesa.

MOVIMENTAÇÃO EXTERNA

a) Despesas Correntes:

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos recebidos:

Da UG 110120 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – R\$ 335.417,17 referente a ressarcimento de rateio de despesas condominiais, por uso de imóvel do CENSIPAM/CR – MANAUS-AM, por força do Termo de Cessão de Uso nº 002/2008.

Da UG 250103 – RECEITA FEDERAL DO BRASIL – R\$ 119.533,11 referente a ressarcimento de rateio de despesas condominiais, por uso de imóvel do CENSIPAM/CR – MANAUS-AM, por força do Termo de Cessão de Uso nº 004/2012.

Da UG 490002 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – R\$ 581.066,32 referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 243.146,72 referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 320056 – AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP – R\$ 65.711,88 referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas no CR-Manaus, conforme Termo de Cessão de Uso 005/2010.

Da UG 550007 – SECRETARIA NACIONAL DE RENDA - MDS – R\$ 697.103,48 referente ao Termo de Cooperação firmado pelo CENSIPAM, com o MDS, em proveito ações conjuntas na Amazônia Legal.

Da UG 530001 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – CENAD – R\$ 279.216,70 referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CCG - Brasília.

b) Despesas de Capital:

Recursos Concedidos: Não é o caso.

Recursos Recebidos: Não é o caso.

4.1.3 Realização da Despesa.

4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários.

QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa		Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.772.169	15.365.030	9.694.894	15.365.030	
a) Convite	0	0	0	0	
b) Tomada de Preços	0	0	0	0	
c) Concorrência	0	0	0	0	
d) Pregão	21.772.169	15.365.030	9.694.894	15.365.030	
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	6.580.827	4.678.076	4.855.263	4.678.076	
h) Dispensa	2.965.780	3.123.845	1.767.989	3.123.845	
i) Inexigibilidade	3.615.047	1.554.231	3.087.274	1.554.231	
3. Regime de Execução Especial	65.471	63.759	65.471	63.759	
j) Suprimento de Fundos	65.471	63.759	65.471	63.759	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.544.981	4.401.508	4.544.981	4.401.508	
k) Pagamento em Folha	4.102.103	4.048.588	4.102.103	4.048.588	
l) Diárias	442.878	352.920	442.878	352.920	
5. Outros (Não se aplica)	64.044	184.875	64.044	184.875	
6. Total (1+2+3+4+5)	33.027.492	24.693.248	19.224.653	24.693.248	

Fonte: Siafi Gerencial

Na modalidade de licitação Não se Aplica, foram excluídos os valores referente ressarcimento e diárias explicitando-os em linha própria.

O valor de R\$ 4.102.103, em Pagamento em Folha refere-se a despesas com o ressarcimento aos órgãos, referente a servidores cedidos ao Censipam.

Na modalidade Dispensa de Licitação, do montante de R\$ 2.965.780, a importância de R\$ 2.329.180, refere-se a despesas na ND 33.90.39, subitem 43, destinado ao pagamento de energia elétrica.

4.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesas – Créditos originários.

O Quadro abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2013 e 2012.

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	4.102.103	4.048.588	4.102.103	4.048.588	4.102.103	0	4.102.103	4.048.588
1º elemento de despesa (96)	4.102.103	4.048.588	4.102.103	4.048.588	4.102.103	0	4.102.103	4.048.588
2. Juros e Encargos da Dívida				0				0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	21.792.208	19.376.851	21.792.208	13.505.922		5.870.929	14.755.675	13.458.258
1º elemento de despesa (39)	14.181.483	13.257.103	14.181.483	8.492.200	2.472.327	4.764.903	8.234.708	8.444.535
2º elemento de despesa (37)	6.045.208	4.485.201	6.045.208	3.752.520	0	732.682	5.305.707	3.752.920
3º elemento de despesa (30)	390.230	234.913	390.230	144.558	0	90.354	154.607	144.558
Demais elementos do grupo	1.175.287	1.399.008	1.175.287	1.116.644	0	282.990	1.060.653	1.116.245
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	7.133.181	1.267.81	7.133.181	79.037	772.766	1.188.773	366.876	79.037
1º elemento de despesa(52)	6.773.181	813.504	6.773.181	32.737	772.766	780.767	6.876	32.737
2º elemento de despesa(39)	0	408.006		0	0	408.006		0
3º elemento de despesa(51)	0	0		0	0	0		0
4º elemento de despesa(92)	360.000		360.000	0	0	0	360.000	0
Demais elementos do grupo		46.300		46.300	0	0		46.300
5. Inversões Financeiras			0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa			0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida			0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa			0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3.3 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação.

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	683.120	1.986.169	645.840	1.986.169
a) Convite		0		0
b) Tomada de Preços		0		0
c) Concorrência		0		0
d) Pregão	683.120	1.986.169	645.840	1.986.169
e) Concurso		0		0
f) Consulta		0		0

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.582.561	1.670.855	1.582.561	1.670.855
h) Dispensa	960.480	870.855	960.480	870.855
i) Inexigibilidade	622.081	800.000	622.081	800.000
3. Regime de Execução Especial	7.635	0	7.635	0
j) Suprimento de Fundos	7.635	0	7.635	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	47.877	151.792	47.877	151.792
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	47.877	151.792	47.877	151.792
5. Outros	0	0		0
6. Total (1+2+3+4+5)	2.321.193	3.808.816	2.283.913	3.808.816

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3.4 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação.

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa (96)	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	2.321.194	3.808.816	2.321.194	2.527.832	0	1.280.983	2.283.913	2.527.832
1º elemento de despesa (39)	1.662.251	2.257.326	1.662.251	1.203.642	0	1.053.684	1.626.510	1.203.642
2º elemento de despesa (37)	495.352	1.395.219	495.352	1.167.920	0	227.299	493.812	1.167.920
3º elemento de despesa (14)	42.000	125.906	42.000	125.906	0	0	42.000	125.906
Demais elementos do grupo	121.591	30.364	121.591	30.364	0	0	121.591	30.364
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa (52)	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

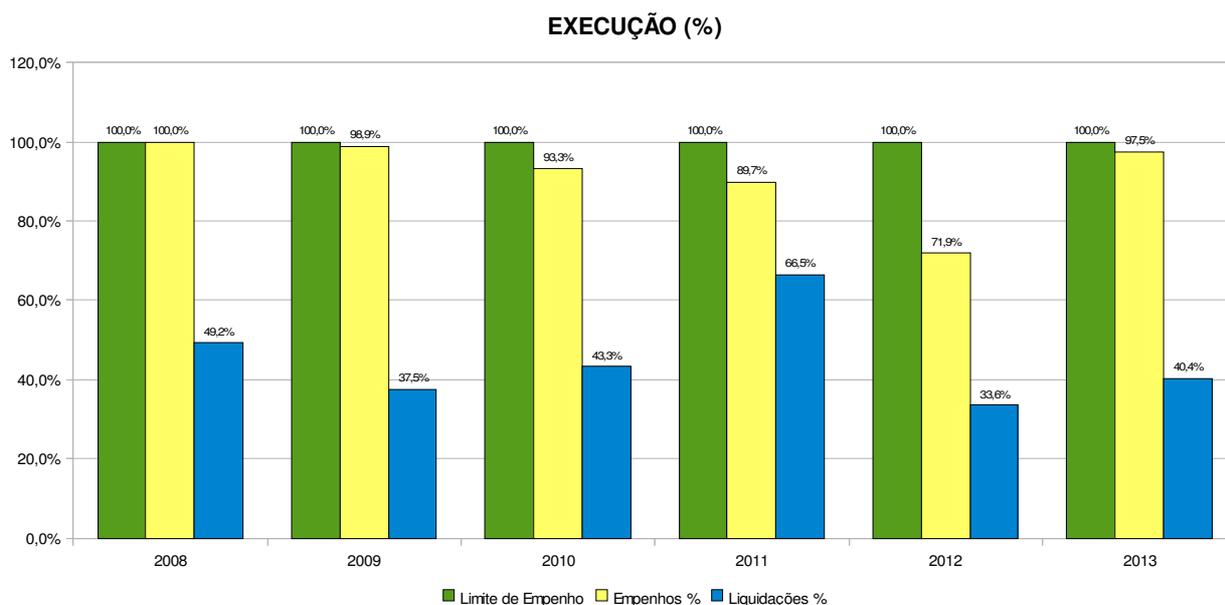
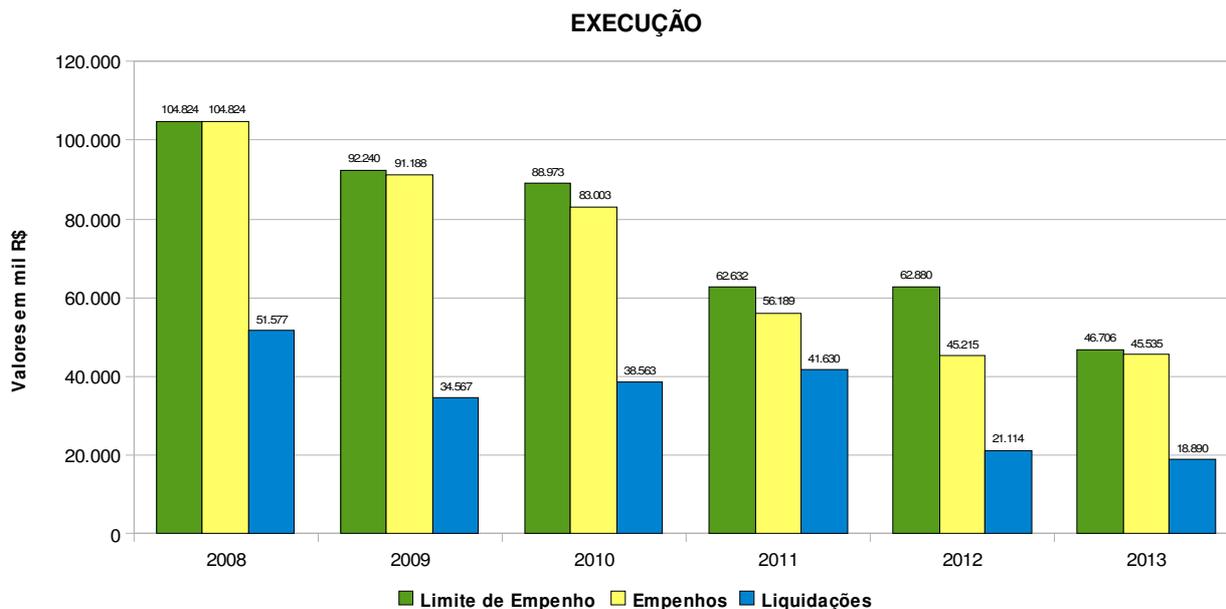
Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa.

Se considerarmos a execução das despesas relativas aos créditos originários, somados aos créditos de movimentação, veremos que ocorreu um incremento e não uma queda nos valores empenhados, liquidados e pagos entre os exercícios de 2012 e 2013. Por sua vez, se considerarmos somente os créditos de movimentação, aí sim verificaremos uma pequena queda dos valores empenhados, liquidados e pagos, que pode ser explicada pelo menor volume de recursos recebidos por movimentação externa (vide Quadro A.4.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa) cujo impacto na gestão se resumirá na redução da participação de tais recursos no custeio da unidade no exercício de 2013.

Para que a execução liquidação e pagamento se aproxime do valor empenhado, é necessária a disponibilidade de aumento dos limites financeiros estabelecidos pelo Ministério da Defesa, tendo em vista o elevado valor de Restos a Pagar que a unidade teve que inscrever nos últimos anos, por causa dos corte/contingenciamentos. Para o atendimento das demandas de pagamento, deste centro, em decorrência das obrigações assumidas pela execução orçamentária/financeira realizada até o encerramento do exercício financeiro de 2013, foi necessário utilizar parte do limite para RP, impactando na execução orçamentária.

Os gráficos abaixo espelham o resultado final da execução orçamentária total dos recursos sob a responsabilidade do Censipam, no exercício financeiro de 2013.



4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

O Quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

QUADRO A.4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento (29.511.03.01)	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	8.340.683	5.327.674	1.914.691	1.098.318
2011	40.739	2.900	37.839	0
2010	0	0	0	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	47.665	0	47.665	0
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0

Fonte: Siafi Operacional

4.2.1 Análise Crítica.

No ano 2013, o limite para pagamento estabelecido para o órgão foi igual ao limite para empenho, impactando, portanto, no valor a ser pago no ano.

A permanência de Restos a Pagar inscritos por mais de um exercício financeiro restringiram as prorrogações de vigência legalmente autorizadas por atos do Poder Executivo Federal, conforme a legislação vigente, e cujas razões do Censipam para a manutenção foram à conveniência e o interesse do órgão no recebimento dos bens empenhados.

Não houve a permanência de registro no Siafi, de Restos a Pagar vigentes, se não os respaldados por prorrogação de vigência.

Ressalta-se que os valores inscritos em Restos a Pagar tanto no exercício financeiro de 2013, quanto nos exercícios anteriores tem sido administrado, porém ressaltado que as restrições orçamentárias impactam a execução financeira do exercício financeiro seguinte.

4.3 Transferências de Recursos.

4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.

QUADRO A.4.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante												
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA												
CNPJ: 07.129.796/0001-26					UG/GESTÃO: 110511/00001							
Informações sobre as transferências												
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.			
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim				
1	599159-FAPEAM	05.666.943/0001-71	2.536.096	536.096	0	2.000.000	27/11/2007	30/11/2012	1			
1	744077-FAP-DF	74.133.323/0001-90	3.000.000	1.000.000	0	2.000.000	30/06/2010	30/06/2012	1			
3	676938 - EMAER-ADS 80	00.394.429/0001-00	3.250.000	Financeira (Não há)	3.250.000	3.250.000	08/11/2013	31/12/2014	1			
3	03/2008-CART	00.091.652/0001-89, 00.394.452/0534-87, 00.394.502/0009-00, 00.394.429/0054-12	350.000.000	Financeira (Não há)	11.389.945	229.786.480	26/02/2008	25/02/2015	1			
<p>LEGENDA</p> <table border="0"> <tr> <td> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p> </td> <td> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p> </td> <td> <p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p> </td> </tr> </table>										<p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p>	<p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p>	<p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p>
<p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p>	<p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p>	<p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p>										

Fonte: SIAFI Operacional 2013 e SICONV

4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.

Quadro A.4.3.2 – Resumo dos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ:	07.129.796/0001-26					
UG/GESTÃO:	110551/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	0	0	0	785.000
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	1	0	1	14.639.945	22.910.722	37.941.824
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	14.639.945	22.910.722	38.726.824

Fonte: Siafi Operacional

4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

O Quadro abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades, identificando, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios”, “Termos de Cooperação” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

Quadro A.4.3.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

UNIDADE CONCEDENTE					
NOME: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
CNPJ: 07.129.796/0001-26			UG/GESTÃO: 110511/00001		
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTE REPASSADOS		INSTRUMENTOS (QUANTIDADE E MONTANTE REPASSADO)		
			CONVÊNIOS	TERMO DE COOPERAÇÃO	CONTRATOS DE REPASSE
2013	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (RICARDO FRANCO E FAPESPA)	1 (03/2010-EMAER)	0
		MONTANTE REPASSADO	4.025.000	3.300.000	0
	CONTAS	QUANTIDADE	0	0	0

	NÃO PRESTADAS	MONTANTE REPASSADO	0	0	0
2012	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (FAP/DF E RICARDO FRANCO)	1 (GPIS)	0
		MONTANTE REPASSADO	0	22.910.722	0
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (FAPEAM E FAPESPA)	0	0
		MONTANTE REPASSADO	0	0	0
2011	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	1	0	0
		MONTANTE REPASSADO	2.600.000	0	0
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	2	0	0
		MONTANTE REPASSADO	2.640.000	0	0
ANTERIORES A 2011	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0	2	0
		MONTANTE REPASSADO	0	0	0

Fonte: Siconv e Siafi Operacional

4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

O Quadro contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ apresenta informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ, sendo que data de referência da análise das contas é 31/12/2013.

Quadro A.4.3.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

POSIÇÃO
31/12

EM R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: CENSIPAM					
CNPJ: 07.129.796/0001-26			UG/GESTÃO: 110511/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Com Prazo de Análise ainda	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2	0
			Quantidade Reprovada	0	0

	não Vencido		Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)		0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	2 (FAPEAM E FAP/DF)	0	
		Montante Repassado (R\$)		0	
2012	Quantidade de contas prestadas		4	0	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	2 (FAPEAM E FAPESPA)	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante repassado	1 (PRF)	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1(FAP/DF)	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2011	Quantidade de Contas Prestadas		0	0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	

Fonte: Siconv e Siasi Operacional

4.3.5 Análise Crítica.

As transferências ocorridas no ano 2013 estão detalhadas abaixo, da seguinte forma:

Instrumento nº 3/2008: Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Censipam e os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”.

Em 2013 foram entregues 942 cartas. As entregas de produtos cartográficos tiveram grande incremento no exercício 2013. Foram sanadas dificuldades de recursos humanos qualificados no Exército Brasileiro, o que repercutiu positivamente na elaboração de produtos cartográficos terrestres e, também, foram concluídas as entregas dos quatro avisos hidrocenográficos o que ampliou a capacidade de levantamentos cartográficos náuticos na região. Por fim, a retomada dos levantamentos aerogeofísicos e geológicos com o aporte de recursos ao CPRM em 2013, os quais foram interrompidos em 2011 e 2012.

Repercussões Financeiras

Foram autorizados na LOA 2013, incluindo ajustes internos, R\$ 18.400.000,00, dos quais foram repassados as três Forças o valor de R\$ 11.389.94,79, correspondente a 100% do crédito autorizado, tendo este representado 61,90 % do aprovado em lei.

Instrumento nº 599159/2007: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O objeto do convênio é estabelecer um programa de

atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos aplicados ao Censipam – Prosipam – em conformidade com as normas, critérios e orientações previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal. Houve a prorrogação da vigência do convênio por meio do 4º termo aditivo até 30/11/2012. Durante os cinco anos de vigência do Convênio, foram lançados cinco editais, por meio dos quais foi realizada a contratação de 40 pesquisadores (bolsistas) nas áreas de Sensoriamento Remoto, Proteção Ambiental e Meteorologia. O valor global do convênio é de R\$ 2.536.096, sendo R\$ 536.096 em contrapartida e R\$ 2.000.000 de repasse. Até 2011, foi repassado pela concedente R\$ 2,0 milhões. No ano de 2013 ocorreu a prestação de contas, com a devida análise e aprovação do gestor do convênio, contudo, tendo sido deixado de registrar o evento no SIAFI, em virtude da documentação apresentada estar em meio digital (CD ROM anexo ao processo). Portanto, o registro no sistema, ainda depende da apresentação em original ou cópia autêntica.

Instrumento nº 724129/2009: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA). O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal.

O presente convênio encontra-se encerrado, com o pleno atingimento dos objetivos propostos, com prestação de contas aprovada, e registros no Siconv e seus devidos reflexos contábeis no SIAFI.

Instrumento nº 744077/2010: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). O objeto desse convênio é constituído em duas partes: I – Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam; e II – Otimização da gestão de projetos de pesquisa e de fomento da FAP/DF. O valor global do convênio é de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1 milhão em contrapartida e R\$ 2 milhões de repasse. Já foram repassados integralmente os recursos oriundos da concedente por meio da ordem bancária 2010OB801092, de 07/07/2010. Esse convênio foi denunciado pela conveniente em fevereiro de 2012.

A entrega física da prestação de contas e a devolução parcial do saldo do convênio, no valor de R\$ 1.200.621,33, foi realizada pela FAP/DF, com os correspondentes registros no SICONV e reflexos no SIAFI. Posteriormente, a FAP/DF também apresentou a prestação de contas no SICONV atendendo às exigências da legislação em vigor.

A prestação de contas apresentada foi avaliada tendo sido solicitadas retificações e recolhimento do saldo em conformidade com o instrumento do convênio assinado entre as partes. Em 12 Dez 2013 a FAP/DF efetuou o recolhimento de importância remanescente de R 612.812,46, com os correspondentes registros no SICONV e reflexos no SIAFI. A prestação de contas retificada foi também apresentada no SICONV, sendo retornada novamente à FAP/DF para correção dos registros em conformidade com o instrumento do convênio.

Atualmente o Censipam aguarda a apresentação da prestação de contas no SICONV, sendo que em princípio o saldo recolhido corresponde ao saldo total de recursos da união esperado.

Instrumento nº 676938: Termo de Cooperação firmado pelo Censipam, em novembro de 2013 com o Estado Maior da Aeronáutica – EMAER, objetivando a aquisição, implantação e transporte seguro de uma Estação de processamento de Imagens Multiespectrais para o Sistema Aerofotogramétrico Digital ADS-80, bem como todo o material necessário à instalação da mesma, seus componentes, acessórios, equipamentos e capacitação, destinados ao emprego operacional no Centro de Coordenação-Geral, sediado em Brasília-DF, em proveito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), de acordo com o Plano de Trabalho acordado, no montante de R\$ 3.250.000,00.

4.4 Suprimento de Fundos.

4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.

Quadro A.4.4.1– Despesas Realizadas ATRAVÉS DE Suprimento de Fundos (SF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	0	6.789,53	65.130,69	71.920,22
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0	6.789,53	65.130,69	71.920,22

4.4.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.

A UJ, na realização de despesas através da modalidade de suprimento de fundos o executa somente através do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, não utilizando, portanto Suprimento de Fundos através da Conta tipo B.

4.4.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).

O Quadro abaixo apresenta as informações detalhando as despesas realizadas com o CPGF, por agente suprido.

QUADRO A.4.4.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR VALORES EM R\$ 1,00

Código da UG 1	110511/00001	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura		
ANDREA BATISTA DE OLIVEIRA AS	895.064.484-34	13.500,00		3.212,68		3.212,68
ADALBERTO RODRIGUES RAPOSO	037.985.807-07	9.375,00		5.073,95		5.073,95
ARIOSVALDO FERREIRA DURANS	256.856.192 - 00	7.224,00	1.310,00	1.097,55		2.407,55
AUGUSTO RABELO CHAVES	580.992.472 - 72	18.297,00	816,00	5.410,21		6.226,21
CESAR AUGUSTO VARELA	659.177.669 - 91	10.079,00		4.248,72		4.248,72
EDER JAQUES RODRIGUES	533.556.600-00	19.467,00		9.326,08		9.326,08
EDERSON REIS DA SILVA	090.174.597 - 94	14.700,00	3.411,00	2.101,92		5.512,92
ERNANI FERREIRA	477.331.010 - 34	3.380,00	162,78	991,16		1.153,94
FABRICIO ARTHUR DE FIGUEIREDO	649.115.192 - 15	3.359,00		1.094,06		1.094,06
FLAVIO DOS SANTOS GIL	392.499.802 - 72	3.500,00		731,59		731,59
FRANCINA FELIX DA SILVA	107.271.672 - 00	3.000,00		355,59		355,59
JANETE ODRIA RODRIGUES	221.050.501-15	4.565,00		1.225,43		1.225,43
MARCELO COLOMBO	116.231.828 - 75	6.276,00	1.089,75	2.349,91		3.439,66
MARCOS VINICIUS TEIXEIRA	018.811.737-71	2.835,00		1.330,73		1.330,73

TAVARES					
MARIO SOUZA DE OLIVEIRA	090.368.302 - 49	3.087,00		745,44	745,44
NESTOR REGIS GARCIA SANTORUM	021.620.672 - 34	17.892,67		7.311,32	7.311,32
NILTON VITORIANO GERBER	214.209.392 - 20	17.300,00		4.742,17	4.742,17
SÉRGIO DOS SANTOS ZIELE	492.900.612 - 00	2.710,00		1.319,39	1.319,39
VALTAIR CALISTO RODRIGUES	425.325.661 - 91	17.300,00		4.618,75	4.618,75
VITORINHA SOUZA DE OURO	274.453.132 - 49	9.339,00		6.578,29	6.578,29
WANDERLEI DA SILVA PUREZA	865.133.546 - 68	3.574,00		1.265,75	1.265,75
Total utilizado pela UG			6.789,53	65.130,69	71.920,22
Código da UG: 110511	Limite de Utilização da UG:				
		190.759			
Total utilizado pela UG			6.789,53	65.130,69	71.920,22
Total utilizado pela UJ			6.789,53	65.130,69	71.920,22

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

QUADRO A.4.4.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) VALORES EM R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	0	0	10	6.789	95	65.131	71.920
2012	0	0	12	15.517	65	48.242	63.759
2011	0	0	0	0	111	58.746	58.746

Fonte: Siafi Operacional

4.4.4 Prestação de Conta de Suprimento de Fundos.

O Quadro abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, concedidos pela unidade, durante os três últimos exercícios financeiros.

QUADRO A.4.4.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF) VALORES EM R\$ 1,00

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	105	71.920	77	63.759	111	58.746

Fonte: Siafi Operacional e Site do Banco do Brasil

4.4.5 Análise crítica.

Na contagem da quantidade de Suprimentos, para o ano 2013, foram levados em consideração, o número de processos, independente das Naturezas de Despesas em cada um deles. A aplicação de recursos nessa modalidade restringiu-se ao indispensável para realização das missões de campo e despesas administrativas, ambas classificadas como despesas de pequeno vulto, tudo de acordo com a legislação vigente.

No momento em que o Ordenador de Despesa delega um servidor como agente suprido, é enviado via malote ao servidor os seguintes documentos:

- Plástico – Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- Cópia do Ofício Circular 08 – Regras Básicas sobre Suprimento de Fundos assinado pelo Senhor Diretor Geral;
- Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de Outubro de 2007;
- Formulário de Controle de abastecimento de veículo oficial;
- Manual do SIAFI - Transação CONMANMF código 02.11.21, atualizado.

Além de solicitar que busquem informações através da Internet – CGU - sobre Leis e Decretos que regulamentam os procedimentos para uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Ainda, no início do exercício financeiro através de Ofício, é solicitada a nova Programação Financeira dos Agentes Supridos para o ano corrente e respectivamente o encerramento dos saldos do ano anterior.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade.

A demonstração da força de trabalho do Censipam é objeto dos Quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.1.2, os quais demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

Os servidores no ato de posse e ingresso no quadro de pessoal do Censipam, preenchem Declaração de Acumulação, ou não, de cargos, empregos, funções ou proventos, onde declaram junto à Assessoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas/DIRAF do CENSIPAM, serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade administrativa e penal.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.

5.1.1.1 Lotação.

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	460	179	65	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	460	179	65	32
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	284	40	40	0
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0

1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	176	139	25	32
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	40	35	2	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	500	214	67	36

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

5.1.1.2 Situação que reduzem a força de trabalho da UJ.

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

Análise Crítica:

Os itens do quadro 6.2 – Situação que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada – não existem informações a serem prestadas, pois o quadro efetivo de servidores do Censipam iniciou em 2013 com o provimento de 40 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia todos lotados neste Centro Gestor.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.

A qualificação da força de trabalho da unidade é informada por intermédio dos **Quadros A.5.1.2.1, A.5.1.2.2 e A.5.1.2.3**, os quais tem por objetivo demonstrar a estrutura de cargos e de funções, a qualificação do pessoal por idade e por escolaridade.

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	42	10	9
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	7	7	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	40	35	9	7
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	169	132	13	16
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
Servidores de Outros órgãos e Esferas	169	132	13	16
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	216	174	23	25

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade.

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	13	18	8	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	13	18	8	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	36	60	66	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	14	14	11	0
2.3. Funções Gratificadas	2	22	46	55	7
3. Totais (1+2)	18	54	68	67	7

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade.

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0	11	11	17	1
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	11	11	17	1
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	03	51	68	35	13	4
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	11	18	11	2	0
2.3 Funções Gratificadas	0	0	0	03	40	50	24	11	4
3 Totais (1+2)	0	0	0	03	51	79	46	30	5

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Cadastro Interno de servidores e contratados.

5.1.3 Custo de Pessoal da UJ.

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	707.340,00	0	0	0	0	0	0	0	707.340,00
	2012	2.224.650	0	0	230.033	0	0	0	0	2.454.683
	2011	3.258.918	0	0	234.136	0	0	0	0	3.493.055
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	2.198.441,7	0	0	0	0	0	0	0	2.198.441,7
	2012	2.107.063	0	0	(*) 508.889	0	0	0	0	2.615.952
	2011	2.132.654	0	0	184.5400	0	0	0	0	2.317.184
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	2.950.087,53	0	0	0	0	0	0	0	2.950.087,53
	2012	2.592.456	0	0	(*)	0	0	0	0	2.592.456
	2011	2.634.204	0	0	214.8450	0	0	0	0	2.849.050

Fonte: SIAPE. (*) O valor dos adicionais dos servidores ocupantes de Funções Gratificadas está incluído no valor constante dos servidores ocupantes de cargos de Grupo de Direção e Assessoramento Superior, por serem da mesma Rubrica.

Análise crítica:

No exercício 2013 foi elaborada pesquisa de clima organizacional no âmbito do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais, onde foram analisados alguns indicadores como: em relação à autonomia para execução do trabalho, o índice foi de 62% indicando satisfação dos servidores; outro indicador foi a valorização pelo trabalho e integração com a equipe indicando um percentual de 92% de satisfação; quanto a satisfação X quantidade de treinamento recebido, o índice foi de 70% de insatisfação.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

O Quadro abaixo, correspondente aos contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Unidade Contratante													
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA													
UG/Gestão: 110511													
Informações sobre os contratos							CNPJ: 07.129.796/0001-26						
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	021/2006	04.718.633/0001-90	25/12/11	24/06/12			23	23			E
2008	V	O	030/2008	02.576.238/0004-38	01/09/13	30/11/13			9	9			E
2010	V	O	008/2010	07.069.574/0001-65	11/04/13	10/04/14			13	13			P
2010	V	O	009/2010	09.267.406/0001-00	14/04/13	13/04/14			6	6			P
2012	V	O	003/2012	08.342.262/0001-46	25/06/13	24/12/13			23	23			E
2013	V	O	041/2013	07.030.464/0001-90	25/11/13	24/11/14			23	23			A
2009	L	O	008/2009	07.783.832/0001-70	15/03/13	14/03/14			12	12			P
2009	L	O	021/2009	05.119.366/0001-06	05/06/13	04/06/14			6	6			P
2011	L	O	019/2011	07.174.641/0001-20	23/05/13	22/05/14			11	11			P
2011	L	O	020/2011	10.587.618/0001-53	13/06/13	12/06/14			14	14			P
2013	L	O	036/2013	07.870.937/0001-67	02/12/13	01/12/14			-	-			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Unidade Contratante														
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA														
UG/Gestão: 110511							CNPJ: 07.129.796/0001-26							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	3	O	020/2009	05.924.588/0001-93	08/06/12	31/07/12			4	4				E
2011	3	O	023/2011	10.927.661/0001-10	04/07/13	03/07/14			2	2				P
2012	3	O	012/2012	08.307.120/0001-48	01/08/13	31/01/14			4	4				P
2010	4	O	028/2010	11.240.495/0001-42	12/07/11	11/07/12			2	2				E
2010	4	O	029/2010	09.134.888/0001-20	04/07/12	03/01/13			2	2				E
2011	4	O	017/2011	07.594.738/0001-73	01/03/13	28/02/14			3	3				P
2013	4	O	004/2013	11.699.013/0001-17	02/05/13	01/05/14			2	2				A
2013	4	O	005/2013	11.143.979/0001-73	07/04/13	06/04/14			2	2				A
2011	6	O	011/2011	04.605.778/0001-85	02/05/11	01/05/12			2	2				E
2012	6	O	010/2012	11.634.366/0001-39	25/07/13	24/07/14			3	3				P
2012	6	O	027/2012	03.940.283/0001-40	01/11/13	31/10/14			2	2				P
2008	7	O	006/2008	24.016.172/0001-11	05/11/13	04/05/14			17	17	1	1		P
2008	7	O	038/2008	09.134.888/0001-20	21/07/12	20/10/12			2	2				E
2008	7	O	056/2008	07.783.832/0001-70	19/01/13	18/01/14			1	1				E
2009	7	O	005/2009	06.958.583/0001-44	08/03/12	07/05/13			2	2				E
2011	7	O	001/2011	07.743.897/0001-25	17/01/13	16/04/13			2	2				E
2011	7	O	007/2011	07.594.738/0001-73	01/03/13	28/02/14			3	3				P
2012	7	O	005/2012	06.788.122/0001-70	18/12/13	17/03/14			3	3				P
2012	7	O	011/2012	11.634.366/0001-39	30/08/13	29/08/14			2	2				P
2012	7	O	031/2012	07.436.461/0001-50	28/11/12	27/11/13			2	2				E
2013	7	O	003/2013	12.441.717/0001-58	01/04/13	31/03/14			2	2				A
2008	8	O	039/2008	09.134.888/0001-20	21/07/12	20/10/12			1	1				E
2008	8	O	054/2008	06.958.583/0001-44	18/01/11	18/01/12			2	2				E
2010	8	O	013/2010	04.605.778/0001-85	14/05/11	13/05/12			1	1				E
2013	8	O	029/2013	07.525.262/0001-19	19/11/13	18/11/14			1	1	1	1		A
2013	8	O	030/2013	07.525.262/0001-19	19/11/13	18/11/14			1	1	1	1		A
2007	11	O	017/2007	33.373.325/0001-79	11/12/12	10/06/13			13	13	1	1		E
2008	11	O	007/2008	24.016.172/0001-11	01/10/13	31/03/14			14	14	1	1		P
2009	11	O	016/2009	03.591.509/0001-44	28/04/13	31/01/14			10	10	1	1		P
2013	11	O	006/2013	09.222.739/0001-12	04/04/13	03/04/14								A
2013	11	O	007/2013	02.589.131/0001-81	04/04/13	03/04/14								A
2013	11	O	008/2013	10.636.625/0001-06	08/04/13	07/04/13								A
2008	14	O	040/2008	09.134.888/0001-20	21/07/12	20/10/12			1	1				E
2008	14	O	055/2008	06.958.583/0001-44	18/01/12	17/01/13			1	1				E
2012	14	O	008/2012	20.204.491/0001-08	16/07/12	15/07/13			1	1				E
2012	14	O	026/2012	12.441.717/0001-58	23/04/12	22/04/13			1	1				E
2013	14	O	002/2013	15.868.043/0001-60	06/03/13	05/03/14			2	2	2	2		A
2013	14	O	010/2013	09.134.888/0001-20	22/04/13	21/04/14			1	1	1	1		A
2013	14	O	014/2013	07.783.832/0001-70	30/08/13	29/08/14			2	2	2	2		A
2013	14	O	015/2013	04.105.439/0001-30	28/06/13	27/06/14			2	2	2	2		A
2013	14	O	016/2013	11.634.366/0001-39	12/08/13	11/08/14			2	2	2	2		A
2013	14	O	022/2013	10.448.193/0001-00	23/06/13	22/06/14			1	1	1	1		A
2013	14	O	031/2013	10.448.193/0001-00	30/09/13	29/09/13			1	1	1	1		A
2013	14	O	033/2013	07.525.262/0001-19	19/11/14	18/11/14			1	1	1	1		A

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras. 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

5.2.2.1 Análise Crítica.

O Censipam durante o exercício de 2013 não encontrou dificuldades na condução dos contratos de prestação de serviços acima citados. Nenhum contrato teve interrupção de serviços prestados, não quitação de débitos trabalhistas e nenhuma ação trabalhista ajuizada por empregados terceirizados. O Censipam capacitou no ano de 2013 com o Curso Gestão e Execução de Contratos Administrativos 115 servidores fiscais de contratos.

5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários.

QUADRO A.5.2.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	48	49	49	51	505.937,30
Área Fim	28	26	25	27	
Área Meio	20	23	24	24	
2. Nível Médio	16	24	25	25	
2.1 Área Fim	1	2	2	2	
Área Meio	15	22	23	23	
3. Total (1+2)	64	73	74	76	

Fonte: SIAPE e Cadastro Interno de servidores e contratados.

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

6.1 Gestão da Frota de veículos Próprios e Contratados de Terceiros.

Na gestão de frota de veículos, deste centro, é seguida a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento e o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

A frota de veículos da Instituição demonstra-se necessária para atendimento das demandas administrativas e desempenho das atividades finalísticas do Órgão, e dentro desta última finalidade utilizada nas missões de campo na região amazônica.

O Censipam possui frota de veículos própria, composta por 33 (trinta e três) veículos, sendo distribuídos nos Centros Regionais em Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO e o Centro de Coordenação Geral em Brasília-DF. Esses veículos estão distribuídos da seguinte forma:

Unidade	MN		PV		BE		CCG			TOTAL
	ADM	MISSÃO DE CAMPO	INST.							
Quantidade de Carros	8	4	3	3	4	4	4	2	1	33

O CENSIPAM esta em processo de avaliação das demandas que necessitam de utilização de veículos, sendo que o objetivo principal desse estudo é a redução de custos, buscando a eficiência e eficácia da frota. Espera-se que com este estudo seja possível aperfeiçoar e reduzir, através de doações, a frota de veículos, além de planejar a substituição da frota gradativamente ou mesmo adotar sistema de locação de veículos de terceiros.

Os veículos foram adquiridos no ano de 2010, quando o Censipam estava vinculado à Casa Civil da Presidência da República, a qual adotava a política de possuir frota própria uma vez que possuem oficina de manutenção e posto de abastecimento próprio. No entanto, a Instituição estuda a viabilidade de manter e renovar a frota ou ainda adotar sistema de locação de veículos de terceiros.

O setor de transportes do CENSIPAM foi incorporado, em 2012, à área de Coordenação de Manutenção Predial. A equipe encarregada por esses serviços naquela Coordenação é composta por 5 (cinco) servidores que são responsáveis pela gestão da frota.

A coordenação do processo é realizada através de planilhas de controle de missões, consumo de combustíveis, manutenções, distância percorrida de todos os veículos da frota. Em busca de melhorar o processo de controle da frota de veículos, o CENSIPAM esta avaliando a possibilidade de implantar o SIADS Transportes.

Em relação aos custos envolvidos na gestão da frota, foram despendidos, no exercício de 2013, R\$456.090,37, sendo R\$300.600,83 para custos fixos e R\$155.489,54 para custos variáveis. Consideram-se custos fixos as despesas com os contratos de motoristas e a documentação dos veículos, enquanto nos variáveis estão às despesas com combustíveis e manutenção.

Classificação de Veículo	Quantidade	Idade Média	Manutenção	Consumo Combustível	Documentação	Distância Percorrida (km)	Media de km rodados / veículo
INSTITUCIONAL	1	3	R\$ 11.634,95	R\$ 11.885,80	R\$ 156,66	31.618	31.618
ADMINISTRATIVO	20	10,18	R\$ 46.553,87	R\$ 15.609,41	R\$ 3.453,37	55.961	2.798
MISSÃO DE CAMPO	13	4,44	R\$ 49.383,01	R\$ 20.422,50	R\$ 1.885,63	119.276	9.175
TOTAL	34	7,61	R\$ 107.571,83	R\$ 47.917,71	R\$ 5.495,66	206.855	6.084

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.

UG 110.511 - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-Censipam:

- o controle e a gestão patrimonial do imóvel são de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam, no que diz respeito à regularização e guarda de documentos, bem como o acompanhamento e atualizações no sistema SPIUNET;
- o imóvel está situado no SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF, a área do terreno é de 170.123,79 m² e área construída de 13.834,38 m²;
- o registro do imóvel, RIP n° 9701.30495.500-2, no sistema SPIUNET, conforme Quadros A.6.2.1 e A.6.2.2, foi efetuado pela própria Secretaria do Patrimônio da União, e, atualizado pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam em 20.12.2013;
- através do Processo Administrativo n° 60000.011942/2011-14 e da assinatura de Termo de Cessão de Uso n° 01/2012 de 16 de agosto de 2012, foi cedida a área de 638,45 m² do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD/MIN, para instalação de suas dependências;

Sobre as dependências e instalações do Censipam, informamos que o Processo n° 04991.001982/2010-72 continua em tramitação no GRPU, em fase de desmembramento para regularização dos Blocos “J” e “T”, localizados no mesmo condomínio, que também estão em uso por este Órgão.

Quanto às instalações dos Centros Regionais do Censipam de Belém, Manaus e Porto Velho, deixamos de preencher os quadros correspondentes, tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional- UJ, contudo registramos o andamento dos processos, conforme abaixo.

UG 110.586 – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém sob o Tombo PA. 002-001, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo n° 04957.005974/2007-16, RIP n° 0427.00655.500-1, situado na Avenida Júlio César n° 7.060 - Val-de Cans - Belém-PA. O terreno compreende área de 53.990,42 m² com área construída de 9.806,98 m². Processo de regularização está em tramitação na SPU/PA para finalização do Termo de Entrega do imóvel.

UG 110.573 – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM. 003-017 de responsabilidade do VII COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo n° 04985.000810/2008-46, RIP n° 0255.00854.500-6, situado na Avenida do Turismo n° 1.350 - Tarumã - Manaus-AM. O terreno tem área de 237.000,00 m² com área construída de 13.378,75 m². Continua sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

UG 110.572 – (CR-Porto Velho) – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO.001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 05310.001684/2008-42, R.I.P. nº 0003.00010.500-1, situado na Avenida Lauro Sodré nº 6.500 - Aeroporto - Porto Velho-RO. O terreno tem área de 344.395,61 m² e as construções tem área de 8.333,84 m². Continua o processo de divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF - DF	1	0
	Brasília	1	0
Subtotal Brasil		1	0
EXTERIOR	Não possui	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	0

Fonte: SPIUnet

6.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110.511	970130495500-2	Em regularização - Entrega	Bom	11.905.127,68	20/12/2013	12.497.931,70	-	-
Total							-	-
Fonte: SPIUnet								

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO.

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI).

O Quadro a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI da UJ. Para tanto, o referido Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor deverá escolher a opção que melhor represente realidade de sua UJ. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor poderá assinalar com um “X” quantas opções desejar. Na questão 7, o gestor deve levar em consideração a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.

	Outra(s). Qual (is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.sipam.gov.br/pdtic
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>a) Planejamento da área: Em de 2013, o Censipam realizou a revisão do seu planejamento estratégico período de 2012-2023, elaborando em seguida seu plano de ação para 2013. Esse plano de ação listava todas as principais ações para o ano de 2013, incluindo as ações de TIC. A revisão do PDTIC à luz no novo planejamento estratégico não foi realizada, mas foi aprovado o Planejamento Estratégico de TIC-PETIC. Para validar as aquisições do ano de 2013, foi aprovado um documento pelos integrantes do Comitê de TIC, onde as aquisições foram alinhadas ao plano de ação 2013. Em 2014, o PDTIC será revisado à luz do planejamento estratégico de TIC e do plano de ação 2014.</p> <p>b) Perfil dos recursos humanos envolvidos: Os servidores de nível superior e médio da área técnica do Censipam são distribuídos em 4 subáreas: Telecomunicações e Redes, Banco de Dados, Desenvolvimento e Manutenção Técnica.</p>	

Apesar do ingresso de servidores do novo quadro efetivo, o quantitativo representa pouco mais de xx% do efetivo total previsto para as áreas técnicas (cargos de nível superior e médio). Pela escassez de recursos humanos quando da chegada dos servidores efetivos, apenas os conhecimentos técnicos mais essenciais foram preservados, pois à medida que servidores saíam, cumpria aos remanescentes acumular suas funções.

A terceirização, por conceito, é uma solução viável para garantir a continuidade dos serviços em casos de escassez de recursos humanos próprios ou de racionalização de recursos humanos, e, aproveitando o ingresso dos servidores concursados, pretende-se iniciar tais contratações em 2014 para as atividades operacionais.

c) Segurança da informação:

A área técnica, dentro de sua competência e possibilidades, aplica a política de segurança da informação e política de segurança orgânica estabelecidas pela área de inteligência e pelos escalões superiores.

Mesmo com a chegada dos poucos servidores concursados em 2013, ainda não foi possível o pleno monitoramento/análise de segurança da informação nos recursos computacionais.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas:

Durante o ano de 2013, foram produzidos pequenos sistemas, utilizando soluções e plataformas existentes no mercado, para atender pequenas demandas pontuais, sempre privilegiando soluções do portal do software público e soluções de código aberto. Foram contratadas fábricas de software como forma de contornar a escassez de pessoal.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI:

A contratação tem sido realizada à luz da IN04/10, porém a efetividade de tais processos tem sido baixa devido à escassez de recursos humanos, complexidade na elaboração dos documentos, demora na obtenção de propostas de preços ou contratos existentes e o tempo necessário para instrução administrativa do processo licitatório e para análise jurídica.

A gestão é realizada à luz da IN04/10, porém, devido a escassez de recursos humanos, cada servidor acumula diversos contratos de TIC.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

O Quadro a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
	Especificado nas Considerações Gerais				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
	Ainda não houve o fechamento do ciclo de vida para avaliação				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Campanhas institucionais internas				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Palestras e folders				
Considerações Gerais: Todos os termos de referência e projetos básicos contemplam eficiência energética e critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela legislação em vigor, a partir de certificações reconhecidas e amplamente utilizadas no mercado, tais como: 1) IEC 60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos. 2) CISPR22 – Classe A ou FCC – Classe A, para assegurar níveis de emissão eletromagnética. 3) Padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, deve ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente. 4) Certificação ISO 14001 – Gestão Ambiental.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

Em 2013, o Censipam integrou-se com os demais órgãos instalados no Complexo Administrativo do Setor Policial, assinando o Termo de Compromisso nº. 001/ANA/2013 de 25 de setembro de 2013 para Coleta Seletiva de resíduos,

Dentre as medidas efetivas desenvolvidas no ano 2013:

- a) Inclusão nos editais de licitação do Censipam para contratação de lâmpadas, reatores, óleo mineral usado, do processo de logística reversa, no qual o fornecedor é o responsável pelo recolhimento e descarte do material fornecido;
- b) Inclusão de cláusula contratual com os prestadores de serviços de manutenção predial, para que procedam ao descarte dos materiais utilizados incluindo a apresentação da autorização e licença ambiental de órgãos governamentais de preservação;
- c) Integração junto ao Programa Esplanada Sustentável como órgão subordinado ao Ministério da Defesa;
- d) Adoção de medidas de sensibilização dos servidores quanto à separação de resíduos recicláveis.
- e) Foram encaminhados para o descarte correto os seguintes materiais.
 - 8.640 Kg de papel para reciclagem;
 - 4.500 Lâmpadas queimadas;
 - 2.000 Reatores queimados;
 - 500 l Óleo mineral usado.

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

Este centro realizou campanha interna para conscientização, além da instalação de dispositivos para controlar os gastos com energia elétrica e água (torneiras automatizadas, e individualização da iluminação dos ambientes).

No ano 2012 o Censipam foi convidado a participar do Projeto Esplanada Sustentável, tendo aderido, cujas atividades estão em andamento.

O Quadro A.8.3 a seguir, denominado **Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Esplanada Sustentável		2012	Ainda a ser medido			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (Resma)	1.394	1.538	1.010	13.940	15.380	10.100
Água (M ³)	1.737	2.124	1.824	28.425	32.302	15.330
Energia Elétrica (kW/h)	1.874.980	1.650.862	1.556.100	536.738	408.659	363.619
			Total		456.341	389.049

Fonte: Banco de dados da UJ

Análise crítica:

Consumo de papel: Nos quantitativos e valores de papel consumido encontra-se já incluso o montante coberto pelo contrato de reprografia.

Consumo de Água e Energia Elétrica: O aumento significativo no consumo de água potável e energia elétrica, ocorrido a partir de 2011, deve-se ao aumento dos usuários da edificação, com o ingresso de servidores e colaboradores do Programa Terra Legal, que passaram a compartilhar a área do Censipam (CCG – Brasília). Em 2012 ocorreu um novo aumento de usuários, estes servidores e colaboradores do CENAD, que também passou a compartilhar as instalações. Em 2013 é possível verificar a redução no consumo de água potável, resultado de campanhas internas para conscientização na utilização do recurso.

No ano 2013, o aumento no consumo de energia se deu pelo acréscimo no número de servidores na edificação e principalmente pela instalação de painéis de vídeo nas dependências do CENAD, os quais são destinados à monitoramento, 24h ao dia, para prevenção de desastres, os quais além de possuir considerável demanda de energia, operam em altas temperaturas o que aumenta a utilização do sistema de ar-condicionado com conseqüente elevação no consumo de energia elétrica.

Ressalta-se que o compartilhamento das instalações deu-se através da formalização de termos de cessão de uso, com o conseqüente rateio das despesas.

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa					Código SIORG	
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837	
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia		2837
Descrição da Deliberação		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia		2837
Síntese da Providência Adotada		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

9.1.2 Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

O Quadro abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU, contemplando ainda as justificativas para as pendências ainda existentes.

QUADRO A.9.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-011.898/2008-3 e TC-021.013/2013-6	811/2010	1.7.3	DE	Of 239/2010-TCU SECEX-06 e Of 1000/2013-TCU SecexDefesa, de 24/09/2013
02	TC-011.898/2008-3	811/2010	1.9(5.1.5)	DE	Of 239/2010-TCU SECEX-06
03	TC-004.735/2010-2	997/2011	9.4	DE	Of 617/2011-TCU SECEX-06
04	TC-004.735/2010-2	997/2011	9.5	DE	Of 617/2011-TCU SECEX-06
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Descrição da Deliberação					
Nº de ordem 01- Determina a apuração de responsabilidade extravio 10 notebooks e Determina a conclusão do processo					
Nº de ordem 02 - (subitens: 5.1.5) - Trata da apuração de responsabilidade extravio 10 notebooks .					
Nº de ordem 03 - Providências de instalação e registros dos softwares do aplicativo ERDAS.					
Nº de ordem 04 - Providências para apuração da inexecução contratual das empresas Imagem Geosistemas e Comércio Ltda. e Intersat Imagens de Satélite S/C Ltda.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					2837
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Nº de ordem 01 – (Item 1.7.3) – A Unidade elaborou minuta de solução de sindicância, encaminhando à CONJUR/MD, seguindo para apreciação da GEORI/MD, a qual através da Informação nº 159/Geori/Ciset-MD, orientou a UJ para mudança na metodologia de apuração do valor, adaptando a macro função SIAFI 02.03.30
Nº de ordem 02 - Item 1.9 – Foi constituído Grupo de Trabalho, o qual já apresentou as respostas aos questionamentos levantados pela Ciset/ -MD, estando o processo sob análise daqueles órgãos.
Nº de ordem 03 - Item 9.4 – Foi constituído Grupo de Trabalho com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013. Após a conclusão do Relatório e deliberação pela instancia superior foi enviado para análise dos órgãos de controle do MD.
Nº de ordem 04 - Item 9.5 – Foi constituído Grupo de Trabalho com prazo para apresentação do Relatório Final até 27 Fev 2013. Após a conclusão do Relatório e deliberação pela instancia superior foi enviado para análise dos órgãos de controle do MD.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nº de ordem 01 - Item 1.7.3 – Processo em aguardo de solução <ul style="list-style-type: none"> a) A administração necessitou realizar 03 sindicâncias para apuração dos fatos e apontar responsáveis; b) Dificuldade na valoração dos bens e na atualização dos valores em razão da obsolescência destes bens.
Nº de ordem 02 - Item 1.9 - Fatores negativos que prejudicaram: divergência de entendimento quanto ao índice a ser aplicado para a correção/atualização dos valores apurados. <ul style="list-style-type: none"> a) A administração necessitou realizar 03 sindicâncias para apuração dos fatos e apontar responsáveis; b) Dificuldade na valoração dos bens e na atualização dos valores em razão da obsolescência destes bens.
Nº de ordem 03 - Item 9.4 – Fatores negativos que prejudicaram: dificuldades em identificar os agentes públicos responsáveis e em localizar esses, uma vez que, a maioria já não pertence mais ao quadro de servidores da Instituição.
Nº de ordem 04 - Item 9.5 – Fatores negativos que prejudicaram: necessidade de recalcular a dívida e divisão da parcela de responsabilidade de cada empresa, e divergência de entendimento quanto ao índice a ser aplicado para a correção/atualização dos valores apurados.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI.

9.2.1 Deliberações do OCI atendidas no exercício.

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Acompanhamento nº 033/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 27 maio 2013	27.1, 27.2 e 27.3	Of 361/2013/Censipam/MD, 08 Jul 2013
02	Relatório de Acompanhamento nº 048/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 04 julho 2013	37.1, 37.2 e 37.3	Mem 1051/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
03	Relatório de Acompanhamento nº 050/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 23 julho 2013	47.1 e 47.2	Of 493/2013/Censipam/MD, 27 Ago 2013
04	Relatório de Acompanhamento nº 056/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 30 julho 2013	10.1, 10.2, 10.3 e 10.4	Mem 959/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
05	Relatório de Acompanhamento nº 071/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 18 Set 2013	41.1 e 42.1	Mem 1013/2013/DIGER/Censipam/SG-MD

06	Relatório de Acompanhamento nº 081/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 16 Out 2013	39.1 e 39.2	Mem 1197/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
07	Solicitação de Auditoria nº 01.12/2013/Geaud/Ciset-MD, de 16 Out 2013	1, 2 e 3	Mem 1198/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
08	Relatório de Acompanhamento nº 094/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 25 Nov 2013	13.1.1	Mem 1304/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
09	Relatório de Acompanhamento nº 100/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 16 Out 2013	36 e 37	Mem 1313/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
10	Prestação de Contas ano 2012	12, letras a), b),c) e d)	Mem nº 391/2013/Geaud/Ciset/MD; Informação 158/2013/Geaud/Ciset-MD
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Descrição da Recomendação			
Nº de Ordem 01 – Item 27.1: Classificação de despesa incompatível (2013NE800126/127e128); Item 27.2: Modalidade de licitação incompatível; e Item 27.3: Permanência de empenho inscrito em Restos a Pagar			
Nº de ordem 02 – Item 37.1: Permanência de inconsistência referente o convênio 701988-Fundação Ricardo Franco; Item 37.2: Convênios na situação A comprovar com prestação de contas vencido, 724129–FAPESPA e 599159-FAPEAM e; Item 37.3: Convênios não contabilizados como inadimplência efetiva, 701988-Fundação Ricardo Franco, 724129–FAPESPA e 599159-FAPEAM.			
Nº de ordem 03 – Item 47.1: Classificação de despesa incompatível (2013NE800127); Item 47.2: Modalidade de licitação incompatível (2013NE800126 e 128).			
Nº de ordem 04 – Item 10.1: Necessidade de ajuste da conta de contratos, Necessidade de ajuste na conta de Restos a Pagar, Divergência nos valores unitários na 2013NE800390; Item 10.2: Falta de registro de depreciação de bens móveis permanentes pela UG 110572-CR/PV; Item 10.3: Indício de falta de provável consumo em itens de estoque no CR/MN e Item 10.4: Indício de falta de provável consumo em itens de estoque no CR/BL.			
Nº de ordem 05 – Item 41.1: Classificação der despesa incompatível (2013NE800127)-DPVAT; Item 42.1: Inconsistência na utilização de recursos financeiros do exercício para pagamento de Restos a Pagar.			
Nº de ordem 06 – Item 39.1: Permanência de inconsistência apresentada no Relatório 048/2013, referente o convênio 599159-FAPEAM que se apresenta na situação A comprovar com prestação de contas vencido; Item 39.2: Convênio 744077-FAP/DF que se apresenta na situação A Aprovar quando seu cadastro apresenta prazo de prestação de contas vencido			
Nº de ordem 07 – Item 1: Razões da não abertura de TCE referente o Convênio 744077-FAP/DF; Item 2: Apresentação dos documentos que motivaram os registros nas contas contábeis 19.962.25.99 e 62.331.04.00 ; Item 3: Questiona sobre os registros da prestação de contas.			
Nº de ordem 08 – Item 13.1.1: Indício de pagamento de faturas do exercício com saldo de empenho de Restos a Pagar.			
Nº de ordem 09 – Item 36: Permanência da 2013NE800127-DPVAT, emitida como dispensa de licitação diferentemente da indicação de inexigibilidade de licitação; Item 37: Manutenção do entendimento de enquadramento de despesa com DPVAT como inexigibilidade.			
Nº de ordem 10 – Item 12: a) Revisão de valores ressarcidos referente a servidores cedidos; b) Apresentação comprovantes de ressarcimentos; c) Manter a Secretaria informada sobre a conclusão dos processos de apuração referente as requisições e ressarcimentos aos órgãos cedente; d) Informar as providências adotadas com relação as negociações com a empresa fornecedora das licenças de software ArcGis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Síntese da Providência Adotada			
Nº de Ordem 01 – Itens 27.1 e 27.2: Apresentação de justificavas de enquadramento (2013NE800126/127e128); Item 27.3: A UG efetuou o ajuste de regularização contábil através de Nota de Lançamento.			
Nº de ordem 02 – Item 37.1: A UG efetuou os ajustes de regularização contábil nas contas do convênio 701988-Fundação Ricardo Franco; Item 37.2: A UG efetuou os ajustes de regularização contábil nas contas do convênio 724129-FAPESPA. Em relação ao convênio 599159-FAPEAM foram apresentados os esclarecimentos demandados; Item 37.3: Foram apresentados os esclarecimentos demandados, no que se refere a inadimplência efetiva dos convênios 701988-Fundação Ricardo Franco, 724129–FAPESPA e 599159-FAPEAM.			

Nº de ordem 03 – Item 47.1: A UG justificou o enquadramento da despesa com seguro DPVAT. (2013NE800127) como Dispensa, com base no princípio da Economicidade; Item 47.2: Por recomendação a UG efetuou a reclassificação das despesas das 2013NE800126 e 128 para a Modalidade de licitação Não se Aplica.
Nº de ordem 04 – Item 10.1: A UG efetuou os ajustes de regularização contábil nas contas de contratos, de Restos a Pagar, bem como a correção referente a 2013NE800390); Item 10.2: A UG 110572 – CR/PV efetuou os ajustes de regularização contábil de depreciação necessários; Item 10.3: A UG 110573 – CR/MN efetuou os ajustes de regularização contábil bem como prestou os demais esclarecimentos devidos; e Item 10.4: A UG 110586 – CR/BL prestou os esclarecimentos necessários aos apontamentos efetuados.
Nº de ordem 05 – Item 41.1: A UG prestou os esclarecimentos necessários aos apontamentos efetuados; Item 42.1: A UG corrigiu as impropriedades apontadas.
Nº de ordem 06 – Item 39.1: A UG regularizou a situação A Comprovar do Convênio 599159-FAPEAM, permanecendo na situação A Aprovar; Item 39.2: A UG informou a previsão de regularização da situação A Aprovar o Convênio 744077-FAP/DF.
Nº de ordem 07 – Item 1: A UG apresentou as razões da não abertura de TCE referente o Convênio 744077-FAP/DF; Item 2: A UG apresentou os documentos que fundamentaram os registros nas contas contábeis 19.962.25.99 e 62.331.04.00 ; Item 3: A UG informou estar analisando a prestação de contas do Convênio 744077-FAP/DF.
Nº de ordem 08 – Item 13.1.1: Foi efetuada a regularização contábil, corrigindo a impropriedade apontada.
Nº de ordem 09 – Item 36: A UG apresentou as razões da escolha da modalidade licitação dispensa para o caso da 2013NE800127-DPVAT; Item 37: Foi informado a disposição de adoção de mudança nos procedimentos futuros para os casos de despesas com DPVAT.
Nº de ordem 10 – Item 12: a) Revisão de valores ressarcidos; b) Comprovantes de ressarcimentos apresentados; c) Informações a Secretaria sobre a conclusão dos processos de apuração referente as requisições e ressarcimentos aos órgãos cedente; d) Informação prestadas sobre as negociações com a empresa fornecedora das licenças de software ArcGis.
Síntese dos Resultados Obtidos
Nº de Ordem 01 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 02 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 03 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 04 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 05 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 06 - Melhoria dos processos
Nº de Ordem 07 - Melhoria dos processos
Nº de Ordem 08 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 09 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 09 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nº de Ordem 01 – Não houve
Nº de Ordem 02 – Não houve
Nº de Ordem 03 - Não houve
Nº de Ordem 04 - Não houve
Nº de Ordem 05 - Não houve
Nº de Ordem 06 - Não houve
Nº de Ordem 07 - Não houve
Nº de Ordem 08 - Não houve
Nº de Ordem 09 - Não houve
Nº de Ordem 10 - Não houve

9.2.2 Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Acompanhamento nº 081/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 16 Out 2013.	39.1 e 39.2	Mem 1197/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			2837
Descrição da Recomendação			
Nº de ordem 01 – Item 39.1: Permanência de inconsistência apresentada no Relatório 048/2013, referente o convênio 599159-FAPEAM que se apresenta na situação A comprovar com prestação de contas vencido; Item 39.2: Convênio 744077-FAP/DF que se apresenta na situação A Aprovar quando seu cadastro apresenta prazo de prestação de contas vencido			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGIIN (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia)			2837
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Nº de ordem 01 – Item 39.1: A UG regularizou a situação A Comprovar do Convênio 599159-FAPEAM, no entanto o instrumento ainda encontra-se em fase diligências de análise para regularização da situação A Aprovar; Item 39.2: O Convênio 744077-FAP/DF, ainda encontra-se em fase de diligências de análise para regularização da situação A Aprovar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Tempo de resposta das diligências realizadas			

9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

QUADRO A.9.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	44	9	42
	Entregaram a DBR	44	9	42

Fonte: SIAPE e Cadastro da UJ

Análise crítica

A “Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, com prazo de validade indeterminada, é preenchida e assinada por todo servidor/empregado/contratado que toma posse ou entra em exercício na UJ, independente de ocupação de cargo de chefia, direção ou assessoramento.

9.4 Alimentação SIASG E SICONV.

QUADRO A.9.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Gustavo Roevenstrunk Nacif, CPF nº 983.574.926-49, Coordenador-Geral de Integração Institucional, exercido no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de março de 2014.

Gustavo Roevenstrunk Nacif

CPF: 983.574.926-49

Coordenador-Geral de Integração Institucional/Censipam

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

No ano de 2013, o blog de notícias internas do Censipam teve 22.710 acessos. A média mensal é 2.271 acessos de servidores, lotados no CCG em Brasília e Centros Regionais de Porto Velho, Manaus e Belém, que ficam informados das atividades do órgão. O Censipam ampliou a divulgação das suas ações com a adesão ao facebook. São 480 seguidores que curtem e compartilham as postagens.

Quanto ao atendimento de imprensa (tvs, rádios e impressos), o órgão registrou 3.244 pedidos de entrevista durante o ano de 2013. A procura deve-se principalmente ao interesse da imprensa pelas informações meteorológicas. Hoje, o Censipam é o grande responsável pelas previsões do tempo e clima na Amazônia. Além disso, o trabalho do órgão foi divulgado também nos eventos com estande: Unasul Fiam, Semana Nacional Ciência e Tecnologia, Laad, Seminário de Sensoriamento Remoto, Encontro de Defesa Civil em Manaus. Por fim, um novo site será lançado no primeiro semestre de 2014, ampliando a divulgação à sociedade das atividades e serviços prestados pelo órgão.

10.1 Descrição dos Canais de acesso do cidadão

O cidadão se comunica com o Censipam por meio de e-mail, via LAI e Facebook.

Semanalmente, o órgão recebe, através do *e-mail* contato@sipam.gov.br, informado pelo site do Sipam (sipam.gov.br), pedidos de informações, dados, reclamações. A média mensal é de 15 e-mails, que são todos respondidos.

Além disso, recebe solicitações de informações via *Lei de Acesso à Informação (LAI)*. Os pedidos chegam através do Ministério da Defesa. Tem-se poucas solicitações, praticamente, 1 por mês.

Por último, tem também recebido pedidos de informações, elogios ou crítica pelo *Facebook* institucional.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP 16.9, aprovada pela Resolução nº 1.136/2008, estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão.

A partir do exercício de 2010, o CENSIPAM passou a efetuar a contabilização da depreciação. Em dezembro de 2012 o impacto deste novo método no Patrimônio Líquido é na ordem de R\$ 2.826.307,94. Em obediência aos normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização do registro da depreciação, foram definidos os seguintes critérios:

- a) Método de depreciação: Método de Cotas Constantes;
- b) Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010;
- c) Vida útil dos bens a serem depreciados: utilizado os critérios determinados pela Secretaria da Receita Federal, quais sejam:
 - máquinas - 10 anos
 - veículos - 5 anos
 - móveis - 10 anos
 - imóveis - 25 anos
- d) Taxas anuais de depreciação:
 - Edifícios (sem os terrenos) - 4%
 - instalações - 10%
 - móveis e utensílios - 10%
 - veículos - 20%
 - computadores e periféricos - 20%

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado deste ministério observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei nº 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 47 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010, conforme item n.º 14 da Macrofunção;
4. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;

5. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

11.2 Declaração do contador atestando conformidades das demonstrações contábeis.

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA			110511
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	21/02/2014
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO – RO (SIPAM)			110572
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	21/02/2014
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE MANAUS – AM (SIPAM)			110573
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	21/02/2014
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE BELÉM - PA (SIPAM)			110586
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	21/02/2014
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF